

# **DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA:**

## **AS CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DOCENTE**

**FICHA TÉCNICA:**

**TÍTULO:** “Os desafios da Escola Pública: As condições de exercício da actividade docente”

**AUTORIA:** Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (Ana Drago e Nuno Serra)

**EDIÇÃO DE TEXTO:** Rita Gorgulho

**IMAGEM DE CAPA:** Carla Luís

**EDIÇÃO:** Bloco de Esquerda - Novembro 2008

**CONTACTOS:** educacao\_be@be.parlamento.pt

## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>1. O questionário a educadores e professores .....</b>	<b>9</b>
<b>2. Dados de caracterização .....</b>	<b>13</b>
<b>3. Principais indicadores da actividade docente .....</b>	<b>21</b>
3.1- Níveis de Ensino .....	21
3.2- Anos de Escolaridade .....	22
3.3- Áreas Disciplinares .....	24
3.4- Número de Turmas .....	25
3.5- Número de Alunos .....	26
3.6- Análise por áreas disciplinares .....	27
3.7- Análise segundo o tempo de serviço e a situação contratual .....	31
<b>4. Os tempos e as condições de realização da actividade docente .....</b>	<b>37</b>
4.1- Os tempos da actividade docente .....	37
4.2- As condições de realização de trabalho individual, na escola .....	39
<b>5. A voz de quem ensina: testemunhos .....</b>	<b>43</b>
5.1- Desvalorização do estatuto profissional, instabilidade e precariedade .....	43
5.2- Sobrecarga de trabalho lectivo e desajustamentos da estrutura curricular .....	46
5.3- Multiplicidade de cargos e tarefas, excesso de burocracia e de reuniões .....	49
5.4- Degradação e insuficiência das instalações, desadequação e sobreocupação de espaços .....	52
5.5- Escassez de Auxiliares de Acção Educativa e falta de meios e recursos de apoio necessários à preparação das actividades lectivas .....	55
5.6- Falta de condições, na escola, para a realização de trabalho individual .....	58
5.7- A inevitável necessidade de realizar trabalho da escola, em casa .....	60
5.8- O desencanto dos professores .....	62
<b>Principais conclusões .....</b>	<b>67</b>



## **Introdução**

No quadro das políticas educativas recentes, a questão das condições de que os professores dispõem para o exercício da sua profissão não tem, visivelmente, integrado o conjunto de factores que se consideram decisivos para a melhoria do sucesso educativo e para o combate ao abandono escolar. De facto, perante as mudanças que o sistema educativo português tem atravessado ao longo dos últimos anos, em múltiplas vertentes (diversificação da oferta formativa, inclusão de novas disciplinas e áreas curriculares, gestão de tempos não lectivos, introdução incessante de procedimentos burocráticos e complexificação do dia-a-dia das escolas, etc.), a questão das condições de que os docentes dispõem para o exercício da sua actividade tem vindo a ser sistematicamente ignorada, como se fosse irrelevante o seu significado para a melhoria da educação em Portugal.

Esta perspectiva, ao focalizar-se em questões relativas à organização curricular e funcional dos processos educativos, subordina e segmenta o papel dos professores e educadores, impedindo que deles se tenha uma perspectiva integrada. A primeira consequência deste enviesamento resulta do facto de se subestimar a importância do papel e da capacidade dos docentes enquanto agentes incontornáveis da mudança educativa, ao desconsiderar as condições que potenciam o exercício da sua actividade. A segunda consequência traduz o facto de, ao serem ignoradas as condições de exercício da actividade docente, se limitar, diminuir ou impossibilitar o alcance de diferentes políticas e medidas, em virtude de não serem devidamente acauteladas os necessários requisitos ao nível dos recursos humanos para a sua implementação.

Com efeito, sendo muitas das medidas de política educativa bem-intencionadas, e até em muitos casos positivas quanto à intencionalidade abstracta que lhes subjaz, a sua concretização tem-se revelado, em múltiplas circunstâncias, desastrada, abrupta, contraproducente e até, em determinados casos, irresponsável. Sobretudo porque nunca, ou quase nunca, essas medidas têm em consideração as condições humanas indispensáveis à sua execução, ou seja, as condições efectivas de que os docentes devem dispor para lhes conferir sentido e materialidade.

Esta realidade é tanto mais preocupante e paradoxal quanto se constata, paralelamente, um amplo consenso sobre a importância das formas de acompanhamento individualizado dos alunos, estratégia reconhecida como essencial para a melhoria da qualidade das aprendizagens, para a promoção da igualdade de oportunidades e para a obtenção de sucesso educativo e combate ao abandono escolar. Mas se é verdade que a afirmação deste princípio tem permanentemente feito parte do discurso dos sucessivos governos, as suas práticas atribuem-lhe na realidade uma olímpica irrelevância, desde logo pela importância e primazia conferida a critérios de natureza economicista.

Uma segunda perplexidade resulta do facto de se constatar que, na sequência do processo de democratização da educação em Portugal ao longo dos últimos 30 anos, caracterizado por um notável esforço na ampliação da rede escolar e no recrutamento de recursos humanos, estariam hoje criadas as condições para se entrar efectivamente no ciclo da qualidade da educação, designadamente ao nível da relação entre o contingente de docentes e de alunos. A realidade, de facto, mostra a contrário um sistema que tende a nivelar-se sempre por baixo, a responder a um nível elementar e sofrível das necessidades, contrariando assim sistematicamente toda a retórica sobre a importância decisiva da educação para o desenvolvimento do país.

Os números falam por si. Se tivermos em conta os últimos anos, verifica-se que desde 2001 o total de crianças e jovens matriculados no Ensino Pré-escolar, no Ensino Básico e no Ensino Secundário público sofreu uma redução de cerca de 4,4%, seguindo aliás a tendência registada em períodos anteriores. Ou seja, pela mão da demografia foram sendo progressivamente criadas condições favoráveis à redução dos rácios relativos ao número de alunos por professor, favorecendo portanto processos de ensino e aprendizagem mais consistentes e, sobretudo, mais individualizados. No mesmo período (2001 a 2006), porém, o número de educadores e professores decresceu globalmente cerca de 6,2%, apesar de em alguns anos a variação ter sido positiva. Em termos de variação anual do número de docentes, a maior quebra verifica-se justamente entre os anos lectivos de 2005/06 e 2006/07, com uma redução de quase 12 mil docentes (-7,8% face a 2004/05), as mais elevadas no conjunto das variações anuais verificadas na última década (Quadro 1).

**Quadro 1**  
**Evolução do Número de Docentes e Alunos da Educação Pré-escolar,**  
**Ensino Básico e Ensino Secundário (Ensino Público)**  
(Anos lectivos de 1997/98 a 2006/07)

	Docentes		Alunos		Rácio Simples
	Nº	Variação	Nº	Variação	
<b>1997/98</b>	139 941	-	1 644 822	-	<b>11,8</b>
<b>1998/99</b>	142 144	<b>1,6%</b>	1 608 464	<b>-2,2%</b>	<b>11,3</b>
<b>1999/00</b>	145 801	<b>2,6%</b>	1 588 177	<b>-1,3%</b>	<b>10,9</b>
<b>2000/01</b>	146 040	<b>0,2%</b>	1 561 262	<b>-1,7%</b>	<b>10,7</b>
<b>2001/02</b>	149 941	<b>2,7%</b>	1 517 970	<b>-2,8%</b>	<b>10,1</b>
<b>2002/03</b>	147 938	<b>-1,3%</b>	1 493 889	<b>-1,6%</b>	<b>10,1</b>
<b>2003/04</b>	149 136	<b>0,8%</b>	1 490 808	<b>-0,2%</b>	<b>10,0</b>
<b>2004/05</b>	152 587	<b>2,3%</b>	1 477 232	<b>-0,9%</b>	<b>9,7</b>
<b>2005/06</b>	148 830	<b>-2,5%</b>	1 439 203	<b>-2,6%</b>	<b>9,7</b>
<b>2006/07</b>	140 647	<b>-5,5%</b>	1 451 691	<b>0,9%</b>	<b>10,3</b>

FONTE: GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (Ministério da Educação)

Assim, após um período de em que o rácio simples de alunos por docente registou uma redução para valores progressivamente inferiores a 11, no ano lectivo transacto este indicador aproxima-se dos índices observados no final da década de noventa. Entre 2005/06 e 2006/07 regista-se, aliás, uma

evolução curiosa: o número de alunos no ensino pré-escolar, básico e secundário público aumenta quase 1% e o número de docentes, como já referido, diminui 5,5%.

Assumindo a questão da docência como questão central do sistema e das políticas educativas, o presente estudo analisa e sistematiza informação recolhida através de um questionário, lançado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, no final do mês de Abril de 2008, a educadores e professores. A ideia da sua realização fundamenta-se numa convicção profunda: *a de considerar que a melhoria das aprendizagens, o sucesso educativo, a promoção de uma verdadeira igualdade de oportunidades e o combate efectivo ao abandono escolar passam prioritariamente pela criação das condições de que os docentes necessitam para colocar em prática as suas competências e exercer com qualidade a sua profissão.* Ou seja, considerar que as condições do exercício da actividade docente devem justamente assumir um lugar de absoluta centralidade na formulação das políticas educativas.

É esta convicção que fundamentou, portanto, a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o quotidiano efectivo dos educadores e professores portugueses em três domínios essenciais. Por um lado, no que concerne ao trabalho que lhes está acometido em termos de número de turmas e alunos atribuídos, bem como no que concerne ao número de níveis de ensino e disciplinas distintas a que leccionam. Em segundo lugar, a obtenção de conhecimento aprofundado sobre o tempo dedicado pelos docentes ao exercício das múltiplas actividades de natureza não lectiva que lhes estão consignadas, bem como no que respeita às condições de trabalho de que dispõem nos seus estabelecimentos de ensino. Por último, a obtenção de informação que de algum modo lance também luz sobre as dificuldades de conciliação da profissão com a vida pessoal, social e familiar, condição essencial do seu bem-estar e com inegáveis impactos no exercício da sua profissão e no âmbito das relações que se estabelecem com a comunidade escolar, designadamente alunos, pais e colegas.

Mas a realização deste estudo decorre igualmente da necessidade de combater uma ideia que tem vindo a ser difundida na sociedade portuguesa, segundo a qual a questão da educação já não é uma questão de recursos humanos. De facto, a divulgação recorrente de indicadores estatísticos, que supostamente evidenciam esse pressuposto, constitui um claro sinal desta desvalorização da questão do número de docentes afectos ao sistema e, conseqüentemente, da desvalorização da questão das condições de exercício da actividade docente. Os rácios simples que se estabelecem pela relação entre os contingentes de professores e de alunos são porventura a expressão mais clara deste pressuposto, transmitindo uma imagem distorcida da organização do sistema educativo, porque justamente centrada numa visão tecnocrática e externa dessa relação, e não centrada nos docentes e no seu quotidiano.

De acordo com os mais recentes dados do Ministério da Educação, relativos ao ano lectivo 2006/07<sup>1</sup>, o rácio de alunos por docente oscilava entre os 7,8 no Segundo Ciclo do Ensino Básico e os 15,0 no

---

<sup>1</sup> Estes dados correspondem a valores apresentados na publicação “*Perfil do Docente 06/07*”, do GEPE (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação - Ministério da Educação). Uma outra publicação, também do GEPE e igualmente relativa ao ano lectivo 2006/07, permite todavia estabelecer rácios diferentes (16,5 para a Educação Pré-escolar; 15,9 no Primeiro Ciclo do Ensino Básico; 7,9 para o Segundo Ciclo do Ensino Básico e 8,7 no caso do Terceiro Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário). Em ambos os casos trata-se de docentes do continente, a exercer funções lectivas.

Primeiro Ciclo do Ensino Básico (Quadro 2). Se o método de cálculo é realista quanto ao Ensino Pré-escolar e Primeiro Ciclo do Ensino Básico, já o mesmo não se passa quanto aos restantes níveis e ciclos de ensino.

**Quadro 2**  
**Rácios aluno / docente no ano lectivo 2006/07**  
(Anos lectivos de 2006/07 e 2007/08)

	Rácios criança / educador e aluno / docente
Educação Pré-escolar	14,8
1º Ciclo Ensino Básico	15,0
2º Ciclo Ensino Básico	7,8
3º Ciclo Ensino Básico e Ensino Secundário	8,2

Nestes últimos, de facto, o método de cálculo decorrente da simples divisão do número de docentes pelo número de alunos deixa de fazer sentido, enquanto tradução da relação que se estabelece entre os dois universos, uma vez que cada aluno passa a ter mais do que um professor (ao contrário do que sucedia até ao Primeiro Ciclo do Ensino Básico). Por conseguinte, interpretar os rácios simples do número médio de alunos por docente induz erradamente a considerar que, por exemplo, um professor tenha apenas 8 alunos no Segundo Ciclo do Ensino Básico, quando as turmas são na verdade, e em regra, constituídas por mais de 25 alunos.

Na perspectiva do quotidiano dos docentes, os alunos de facto não se “fragmentam” em partes iguais consoante o número de professores que os ensinam, perfazendo globalmente uma suposta unidade. O mesmo aluno estabelece uma relação com cada um dos seus docentes e é por eles avaliado, em número de vezes igual ao número de disciplinas que tem. O que significa, afinal, que o número efectivo de alunos, nos níveis de ensino posteriores ao Primeiro Ciclo do Ensino Básico, deve ser contabilizado, em termos de rácios, através do número de professores que tem, ou seja, através do número de disciplinas que frequenta.

Mas esta é apenas uma das dimensões que exemplifica o modo como as políticas educativas e a organização do sistema educativo têm ignorado sistematicamente um olhar atento e consequente sobre a escola. Um olhar que tenha justamente como ponto de partida o quotidiano dos professores, designadamente na perspectiva das condições de que estes de facto dispõem para exercer a sua actividade. Um olhar que assuma o lugar central que o papel dos educadores e professores ocupa na melhoria da educação e do sucesso educativo.



## 1. O questionário a educadores e professores

Inicialmente concebido numa versão simples em documento de texto em formato digital (devolvido pelos docentes através de correio electrónico), o questionário a educadores e professores seria posteriormente ampliado e melhorado, no decurso da inclusão de contributos, observações e sugestões apresentadas por diversos docentes. Acrescidamente, optou-se pela sua disponibilização através de uma página de *internet* criada para o efeito<sup>2</sup>, que possibilitou o preenchimento *online* das questões.

A constituição da amostra do inquérito dependeu, desde início e de forma assumida, do contributo dos docentes que decidissem colaborar e responder. Ou seja, trata-se de uma base de informação constituída a partir da disponibilidade e generosidade dos educadores e professores que, ao terem conhecimento da iniciativa, enviaram o seu contributo e divulgaram o inquérito junto de colegas. Tendo em consideração estas circunstâncias, assumidas à partida, a amostra (composta por um total de 3.102 respostas), viria contudo a revelar-se bastante representativa do universo dos docentes nos principais parâmetros de caracterização, superando assim, de forma clara, as expectativas iniciais nesta matéria.

De facto, ao confrontarmos os dados obtidos com a informação estatística oficial mais recente do Ministério da Educação (relativa ao ano lectivo 2006/07)<sup>3</sup>, verifica-se uma assinalável convergência nos principais indicadores que é possível comparar (designadamente sexo, distribuição geográfica, idade, relação contratual e habilitações académicas), sobretudo tendo em conta o facto de se tratar de dois universos de informação que respeitam a anos lectivos distintos (2006/07 no caso dos dados do Ministério da Educação e 2007/08, no caso da amostra do inquérito).

Como mostra o Quadro 3, a comparação da distribuição segundo o sexo regista uma diferença de apenas 6% entre os dois universos (estatísticas do Ministério da Educação e dados da Amostra do Inquérito), com uma ligeira sobre-representação dos docentes do sexo masculino. Em termos de idades (Quadro 4 e Gráfico 1), a convergência entre os dois referenciais de informação é também relevante. Com efeito, o peso das classes etárias relativas ao intervalo “30 a 39 anos” e “50 e mais anos” assume uma diferença inferior a 1% quando se confrontam os dados da amostra e os dados oficiais, sendo inferior a 6% nas duas outras classes consideradas (com uma sobre-representação da

---

<sup>2</sup> Acessível através do endereço: [http://www.surveymonkey.com/s.aspx?sm=GkXdLh6\\_2ffW2cUAdLwsTIUg\\_3d\\_3d](http://www.surveymonkey.com/s.aspx?sm=GkXdLh6_2ffW2cUAdLwsTIUg_3d_3d). O inquérito decorreu durante o mês de Maio de 2008 e reporta-se a dados relativos ao ano lectivo 2007/08.

<sup>3</sup> GEPE (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação - Ministério da Educação), “*Estatísticas da Educação 2006/07*”. A informação do GEPE relativa a docentes restringe-se à Educação Pré-escolar, ao Ensino Básico, Ensino Secundário e Cursos Profissionais.

amostra no caso da classe etária “40 a 49 anos” e uma sub-representação no caso de idades inferiores a 30 anos). No conjunto, a média das discrepâncias de percentagens é de cerca de 3%.

**Quadro 3**

**Distribuição segundo o Sexo - Dados do Ministério da Educação (2006/07) e Amostra do Inquérito (2007/08)**

	VALORES ABSOLUTOS		PERCENTAGENS		Diferença
	Dados Oficiais	Dados Inquérito	Dados Oficiais	Dados Inquérito	
Homens	38 836	869	22%	28%	6%
Mulheres	135 166	2 233	78%	72%	-6%
<b>TOTAL</b>	<b>174 002</b>	<b>3 102</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>Média: 6%</b>

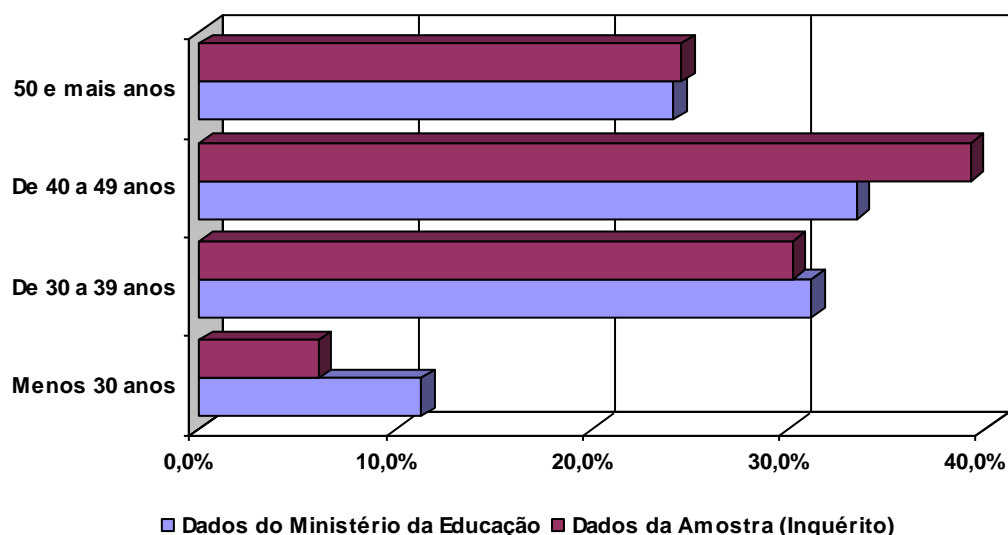
**Quadro 4**

**Classes Etárias - Dados do Ministério da Educação (2006/07) e Amostra do Inquérito (2007/08)**

	Dados Oficiais		Dados Inquérito		Diferença
	Nº	%	Nº	%	
Menos de 30 anos	18 162	11,3%	187	6,0%	-5,2%
De 30 a 39 anos	50 164	31,1%	937	30,2%	-0,9%
De 40 a 49 anos	53 900	33,5%	1 217	39,2%	5,8%
50 e mais anos	38 864	24,1%	761	24,5%	0,4%
<b>TOTAL</b>	<b>161 090</b>	<b>100%</b>	<b>3 102</b>	<b>100%</b>	<b>Média: 3%</b>

**Gráfico 1**

**Comparação da distribuição por classes etárias dos docentes entre os dados oficiais do Ministério da Educação (2006/07) e a Amostra do Inquérito (2007/08)**



Quanto à distribuição por Regiões, a representatividade da amostra do inquérito revela-se igualmente significativa, apenas com a Região Norte e as Regiões Autónomas a evidenciar desvios com algum relevo (uma sobre-representação de 7% no primeiro caso e uma sub-representação de 5% no segundo caso) face ao universo total. As restantes regiões, todavia, evidenciam uma distribuição

convergente entre os dados do questionário e os dados oficiais (Quadro 5 e Gráfico 2). Em termos médios, as diferenças de valores percentuais entre os dois universos situa-se em cerca de 3%.

Relativamente à situação contratual (Quadro 6), a comparação entre o universo dos docentes e da amostra (dados relativos, em ambos os casos, ao continente), permite registar uma divergência de apenas 5%, que traduz um menor peso dos docentes contratados na amostra (10%) relativamente ao peso dos docentes contratados no total de docentes (15%).

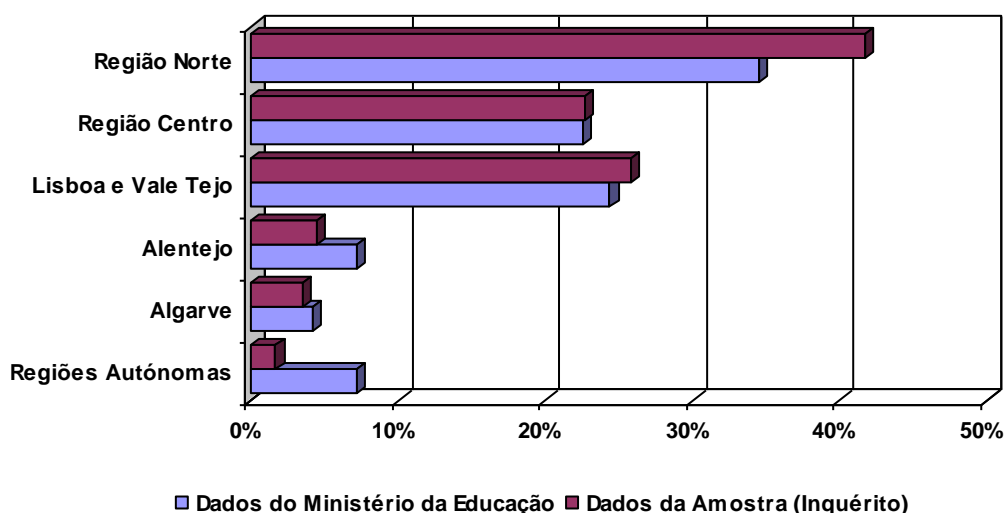
**Quadro 5**

**Distribuição geográfica - Dados do Ministério da Educação (2006/07) e Amostra do Inquérito (2007/08)<sup>4</sup>**

	VALORES ABSOLUTOS		PERCENTAGENS		Diferença
	Dados Oficiais	Dados Inquérito	Dados Oficiais	Dados Inquérito	
Região Norte	62 441	1 233	34%	42%	7%
Região Centro	40 893	670	23%	23%	0%
Lisboa e Vale do Tejo	44 140	764	24%	26%	1%
Alentejo	13 065	134	7%	5%	-3%
Algarve	7 538	105	4%	4%	-1%
Regiões Autónomas	12 912	50	7%	2%	-5%
<b>TOTAL</b>	<b>180 989</b>	<b>2 956</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>Média: 3%</b>

**Gráfico 2**

**Comparação da distribuição geográfica dos docentes entre os dados oficiais do Ministério da Educação (2006/07) e a Amostra do Inquérito (2007/08)**



A comparação dos dados relativos às habilitações académicas (à escala do continente) estabelece maiores diferenciações. Neste âmbito, importa contudo sublinhar que não é claro, na publicação do Ministério da Educação, o significado de grau “equiparado a licenciatura” (presumindo-se que o

<sup>4</sup> O total é inferior ao valor global de respostas (1.302) em virtude de não incluir os casos (146) em que não foi declarada a proveniência geográfica do docente. No Quadro 6, a diferença entre os totais deve-se igualmente a situações de informação insuficiente, quanto à situação contratual de 338 docentes.

mesmo integre as licenciaturas bietápicas), nem a que tipo de habilitações corresponde a categoria “outra”, associada ao grau de bacharelato. Em segundo lugar, subsiste a dúvida sobre se as habilitações a que se referem as estatísticas oficiais respeitam à indicação da habilitação inicial de cada docente ou se respeitam à sua habilitação académica actual. Por último, e atendendo a que muitos docentes se encontram a investir na sua formação (como se demonstra de seguida), é provável que as limitações decorrentes da comparação de dois anos lectivos distintos seja mais pronunciada neste parâmetro, ajudando a explicar parte das divergências observadas (Quadro 7).

**Quadro 6**

**Situação Contratual - Dados do Ministério da Educação (2006/07) e Amostra do Inquérito (2007/08)**

	VALORES ABSOLUTOS		PERCENTAGENS		Diferença
	Dados Oficiais	Dados Inquérito	Dados Oficiais	Dados Inquérito	
<b>Professores do Quadro</b>	118 624	2 486	85%	90%	5%
<b>Professores Contratados</b>	21 313	278	15%	10%	-5%
<b>TOTAL</b>	<b>139 937</b>	<b>2 764</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>Média: 5%</b>

**Quadro 7**

**Habilitações Académicas - Dados do Ministério da Educação (2006/07) e Amostra do Inquérito (2007/08)**

	VALORES ABSOLUTOS		PERCENTAGENS		Diferença
	Dados Oficiais	Dados Inquérito	Dados Oficiais	Dados Inquérito	
<b>Doutoramento / Mestrado</b>	5 507	439	4%	15%	12%
<b>Licenciatura / Equiparado</b>	133 064	2 010	85%	71%	-14%
<b>Bacharelato / Outra</b>	18 096	401	12%	14%	3%
<b>TOTAL</b>	<b>156 667</b>	<b>2 850</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>Média: 10%</b>

Face à estratégia adoptada para obter dados e informação qualitativa, através do contacto directo com um número de docentes que fosse o mais elevado possível, e assumindo-se inequivocamente a natureza aleatória do processo de recolha de respostas, a representatividade da amostra acabaria portanto por se revelar de facto muito mais significativa que o inicialmente previsto.

O que confere, importa sublinhar, relevância e consistência à dimensão quantitativa dos dados, que se junta à relevância da informação qualitativa que desde o início fundamentou a realização do inquérito. O que não significa, porém, que o Bloco de Esquerda deixe de considerar crucial a recolha extensiva, sistemática e periódica de elementos, pelo próprio Ministério da Educação, que permitam lançar luz sobre as condições de exercício da actividade docente. Ou seja, que permitam conhecer e captar as constricções que se colocam quotidianamente aos docentes portugueses e que condicionam a sua efectiva capacidade para desenvolver um ensino de qualidade e individualizado, e desse modo combater o abandono escolar e promover o sucesso educativo e a igualdade de oportunidades.

## 2. Dados de caracterização

De acordo com os resultados, cerca de 50% dos educadores e professores que responderam ao questionário têm idades entre 35 e 50 anos (Quadro 8), sendo reduzido o número de docentes com idades inferiores a 30 anos (apenas 6%). Esta distribuição associa-se, pelo menos em parte, às restrições de acesso e ingresso na carreira docente, responsável pela diminuição progressiva do contingente global de professores verificada nos últimos anos.

Relativamente ao tempo de serviço, cerca de metade dos docentes possui entre 10 e 24 anos de actividade docente, não se registando diferenças assinaláveis quanto ao género (Quadro 9).

**Quadro 8**  
**Distribuição dos docentes segundo a Idade e o Sexo**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
20 a 24 anos	1	0,1%	7	0,3%	8	0,3%
25 a 29	52	6,0%	127	5,7%	179	5,8%
30 a 34	145	16,7%	243	10,9%	388	12,5%
35 a 39	149	17,1%	400	17,9%	549	17,7%
40 a 44	161	18,5%	435	19,5%	596	19,2%
45 a 49	169	19,4%	452	20,2%	621	20,0%
50 a 54	126	14,5%	368	16,5%	494	15,9%
55 a 59	54	6,2%	166	7,4%	220	7,1%
60 e mais anos	12	1,4%	35	1,6%	47	1,5%
<b>TOTAL</b>	<b>869</b>	<b>100%</b>	<b>2 233</b>	<b>100%</b>	<b>3 102</b>	<b>100%</b>

Um dos resultados mais expressivos diz todavia respeito ao significativo investimento realizado pelos docentes na sua actualização científica e progressão académica, esforço que contrasta com a desvalorização da qualificação dos recursos humanos que o Ministério da Educação tem vindo a evidenciar, designadamente quando dificulta e impede (como sucedeu nos últimos dois anos), a concessão de licenças sem vencimento e de licenças sabáticas por motivo de progressão de estudos.

Os dados são todavia muito claros a este respeito (Quadro 10). O peso percentual de docentes que mantém as habilitações iniciais de bacharelato e licenciatura tem vindo a reduzir-se percentualmente ao longo do tempo, aumentando em contrapartida o número daqueles que obtém o grau de mestre e de doutor, ou o número dos que acrescentam às suas habilitações académicas os benefícios da

realização de pós-graduações. Se cerca de 98% dos docentes iniciaram a sua carreira detendo um bacharelato ou de uma licenciatura, a situação actual das suas habilitações revela que estes graus apenas representam actualmente 70% do universo de docentes, tendo portanto aumentado o número de mestres (de 0,1%, enquanto habilitação inicial, para 14,3% enquanto habilitação actual) e o número de doutores (de um valor residual inicial para cerca de 2% do total).

**Quadro 9**  
**Distribuição dos docentes segundo o Tempo de Serviço**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>0 a 4 anos</b>	58	6,7%	118	5,3%	176	5,7%
<b>5 a 9</b>	135	15,5%	222	9,9%	357	11,5%
<b>10 a 14</b>	176	20,3%	424	19,0%	600	19,3%
<b>15 a 19</b>	138	15,9%	399	17,9%	537	17,3%
<b>20 a 24</b>	159	18,3%	397	17,8%	556	17,9%
<b>25 a 29</b>	103	11,9%	372	16,7%	475	15,3%
<b>30 a 34</b>	74	8,5%	241	10,8%	315	10,2%
<b>35 a 39</b>	23	2,6%	59	2,6%	82	2,6%
<b>40 e mais anos</b>	3	0,3%	1	0,0%	4	0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>869</b>	<b>100%</b>	<b>2 233</b>	<b>100%</b>	<b>3 102</b>	<b>100%</b>

**Quadro 10**  
**Comparação entre as Habilitações Iniciais e as Habilitações Actuais**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	Habilitação Inicial		Habilitação Actual		VARIAÇÃO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Bacharelato</b>	559	18,0%	71	2,3%	- 488	-87%
<b>Licenciatura</b>	2 501	80,6%	2 114	68,1%	- 387	-15%
<b>Licenciatura Bietápica</b>	25	0,8%	25	0,8%	0	0%
<b>Pós-Graduação</b>	12	0,4%	390	12,6%	378	3150%
<b>Mestrado</b>	4	0,1%	444	14,3%	440	11000%
<b>Doutoramento</b>	1	0,0%	58	1,9%	57	5700%
<b>TOTAL</b>	<b>3 102</b>	<b>100%</b>	<b>3 102</b>	<b>100%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Apesar das medidas positivas recentemente adoptadas pelo Ministério da Educação, tendentes a uma maior estabilidade dos docentes relativamente ao número de anos lectivos em que estes ficam afectos a um determinado estabelecimento de ensino, é ainda muito significativo o número de professores que lecciona num concelho distinto do seu concelho de residência. De acordo com os dados do inquérito, cerca de 53% dos docentes não reside no concelho onde lecciona. Trata-se, em muitos casos, de professores que leccionam num concelho contíguo ou próximo do concelho de residência, mas também - noutras situações - de docentes que se confrontam com uma distância muito significativa entre o concelho onde residem e o concelho onde se localiza o estabelecimento de ensino em que se encontram a exercer funções lectivas.

Quadro 11

## Docentes segundo o concelho de Residência e o concelho de Trabalho

(Inquérito a Docentes 2008)

	LECCIONA NO MESMO CONCELHO EM QUE RESIDE?					
	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	377	43,4%	1 066	47,7%	1 443	46,5%
Não	489	56,3%	1 165	52,2%	1 654	53,3%
Não responde	3	0,3%	2	0,1%	5	0,2%
<b>TOTAL</b>	<b>869</b>	<b>100%</b>	<b>2 233</b>	<b>100%</b>	<b>3 102</b>	<b>100%</b>

Considerando a informação relativa apenas a docentes que residem no Continente, verifica-se que cerca de 1/3 do total de professores e educadores percorre uma distância diária de 21 a 50 Km entre o local de residência e o estabelecimento de ensino onde exercem actividade, situando-se em 27% o peso relativo dos docentes que percorrem distâncias iguais ou inferiores a 20 Km. Sujeitos a deslocações superiores a 100 Km (o que sugere a necessidade de alteração, na maioria dos casos, do lugar de residência durante a semana), encontram-se cerca de 28% dos professores e educadores que responderam ao questionário, uma percentagem que é portanto comparável com a dos que exercem actividade na proximidade da sua área de residência (Quadro 12).

Quadro 12

## Distâncias percorridas entre a Residência e a Escola

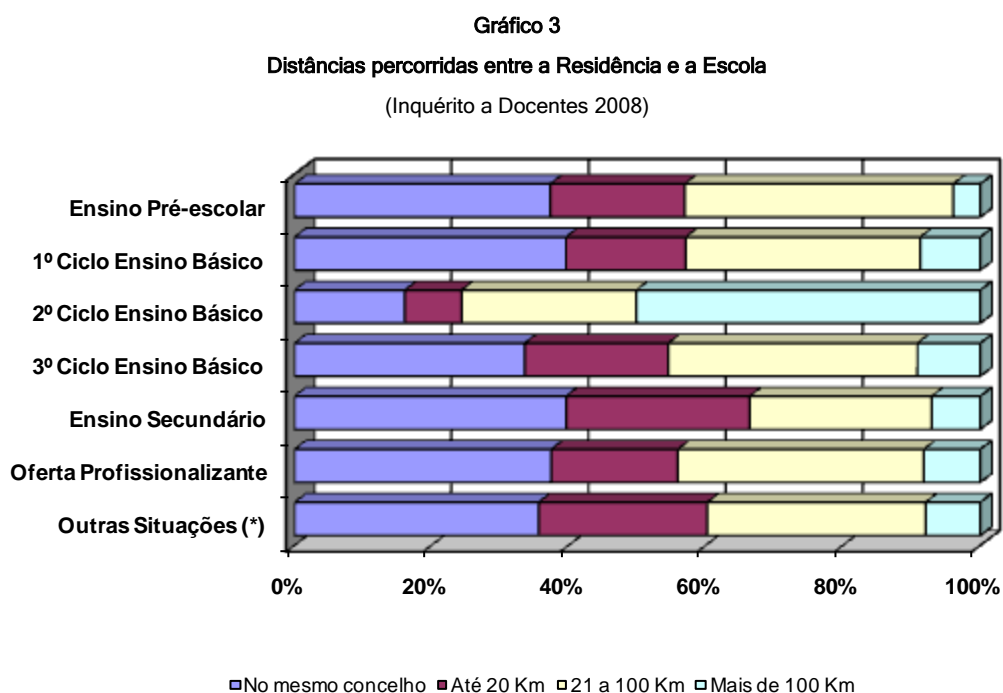
(Inquérito a Docentes 2008)<sup>5</sup>

	Reside e trabalha no mesmo concelho	Não trabalha no concelho onde reside					
		Total	Até 20 Km	21 a 50 Km	51 a 100 Km	101 a 250 Km	Mais de 250 Km
Ensino Pré-escolar	59%	100%	31%	56%	6%	6%	0%
Ensino Básico	43%	100%	22%	31%	13%	15%	19%
1º Ciclo	66%	100%	29%	46%	11%	10%	5%
2º Ciclo	19%	100%	10%	16%	14%	22%	38%
3º Ciclo	51%	100%	32%	43%	12%	9%	5%
Ensino Secundário	66%	100%	44%	38%	6%	9%	3%
Oferta Profissionalizante	60%	100%	30%	43%	15%	5%	8%
Outras Situações (*)	55%	100%	38%	43%	7%	6%	7%
<b>TOTAL</b>	<b>50%</b>	<b>100%</b>	<b>27%</b>	<b>34%</b>	<b>11%</b>	<b>13%</b>	<b>15%</b>

Os professores do ensino secundário são, comparativamente, os que leccionam em lugares mais próximos do concelho de residência, situados a distâncias iguais ou inferiores a 20 Km (reforçando assim, aliás, a circunstância de 2 em cada 3 docentes deste nível de ensino trabalharem no mesmo concelho onde residem). A situação dos educadores do ensino pré-escolar é também, em termos comparativos, das mais favoráveis, com cerca de 6 em cada 10 destes docentes a trabalhar no concelho onde reside. Entre os que têm necessidade de se deslocar para fora do concelho de

<sup>5</sup> Informação relativa apenas ao Continente. As percentagens são calculadas por referência a totais que excluem os casos em que não é possível identificar o concelho de residência e/ou onde o docente lecciona.

residência, 90% percorre distâncias inferiores a 50 Km. Já no caso do segundo ciclo do ensino básico a situação se revela substancialmente diferente e muito preocupante do ponto de vista das condições quotidianas do exercício da actividade docente. Por um lado, apenas 1 em cada 5 professores deste nível de ensino lecciona no mesmo concelho em que reside e, dos restantes, quase 40% percorre distâncias superiores a 250 Km entre o lugar de residência e de trabalho, situando-se em apenas 10% o peso relativo dos docentes que leccionam a menos de 20 Km da sua residência (Gráfico 3).



A distribuição dos docentes segundo os principais domínios de formação (Quadro 13) revela uma repartição relativamente equilibrada da amostra. Os domínios associados às Línguas e Literaturas, Matemática, Ciências, Ciências Sociais e Humanas e Formação de Professores perfazem cerca de 76% do total de docentes que responderam ao inquérito.

Em relação ao estatuto dos professores (Quadro 14), verifica-se que cerca de um terço dos docentes que responderam ao inquérito possui a categoria de Professor Titular (num valor que é de resto convergente com os dados oficiais), permanecendo dois terços na categoria de Professor. Segundo o género, verifica-se um peso percentual ligeiramente superior no caso dos docentes do sexo feminino com o estatuto de Professor Titular (29%) relativamente ao que sucede com os docentes do sexo masculino (25%).

De acordo com os dados do inquérito, cerca de 70% dos docentes encontra-se no Quadro de Nomeação Definitiva, sendo de 15% a proporção de docentes afectos a Quadros de Zona Pedagógica (Quadro 15). Em situação contratual menos estável e em regra precária, sobretudo quando passa pelo recurso a recibos verdes (modelo que assumidamente sustentou, por exemplo, a expansão da rede de Centros de RVCC, hoje Centros de Novas Oportunidades, bem como a criação das Actividades de Enriquecimento Curricular), encontram-se cerca de 10% dos docentes.



**Quadro 13**  
**Distribuição dos docentes segundo os principais Domínios de Formação**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Formação de Professores</b>	<b>99</b>	<b>11,4%</b>	<b>411</b>	<b>18,4%</b>	<b>510</b>	<b>16,4%</b>
Professores do Ensino Básico	64	7,4%	237	10,6%	301	9,7%
Outros Domínios	35	4,0%	174	7,8%	209	6,7%
<b>Artes</b>	<b>69</b>	<b>7,9%</b>	<b>113</b>	<b>5,1%</b>	<b>182</b>	<b>5,9%</b>
Educação Visual e Tecnológica	40	4,6%	43	1,9%	83	2,7%
Outros Domínios	29	3,3%	70	3,1%	99	3,2%
<b>Línguas e Literaturas</b>	<b>102</b>	<b>11,7%</b>	<b>608</b>	<b>27,2%</b>	<b>710</b>	<b>22,9%</b>
Estudos Portugueses e Franceses	27	3,1%	196	8,8%	223	7,2%
Estudos Portugueses e Ingleses	25	2,9%	110	4,9%	135	4,4%
Outras Línguas e Literaturas Modernas	50	5,8%	302	13,5%	352	11,3%
<b>Engenharias</b>	<b>74</b>	<b>8,5%</b>	<b>73</b>	<b>3,3%</b>	<b>147</b>	<b>4,7%</b>
Engenharia Electrotécnica	19	2,2%	11	0,5%	30	1,0%
Engenharia Química	10	1,2%	26	1,2%	36	1,2%
Outras Engenharias	45	5,2%	36	1,6%	81	2,6%
<b>Desporto</b>	<b>169</b>	<b>19,4%</b>	<b>146</b>	<b>6,5%</b>	<b>315</b>	<b>10,2%</b>
Educação Física e Desporto	167	19,2%	143	6,4%	310	10,0%
Outros domínios	2	0,2%	3	0,1%	5	0,2%
<b>Ciências Sociais e Humanas</b>	<b>169</b>	<b>19,4%</b>	<b>393</b>	<b>17,6%</b>	<b>562</b>	<b>18,1%</b>
História	55	6,3%	149	6,7%	204	6,6%
Filosofia	39	4,5%	80	3,6%	119	3,8%
Geografia	32	3,7%	81	3,6%	113	3,6%
Outros domínios	43	4,9%	83	3,7%	126	4,1%
<b>Matemática e Ciências</b>	<b>164</b>	<b>18,9%</b>	<b>424</b>	<b>19,0%</b>	<b>588</b>	<b>19,0%</b>
Matemática e Informática	73	8,4%	183	8,2%	256	8,3%
Biologia	33	3,8%	95	4,3%	128	4,1%
Física e Química	27	3,1%	70	3,1%	97	3,1%
Outros domínios	31	3,6%	76	3,4%	107	3,4%
<b>Outro domínio de Formação</b>	<b>23</b>	<b>2,6%</b>	<b>65</b>	<b>2,9%</b>	<b>88</b>	<b>2,8%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>869</b>	<b>100%</b>	<b>2 233</b>	<b>100%</b>	<b>3 102</b>	<b>100%</b>

**Quadro 14**  
**Distribuição dos docentes por Categorias**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Professor Titular</b>	214	24,6%	650	29,1%	864	27,9%
<b>Professor</b>	624	71,8%	1 497	67,0%	2 121	68,4%
<b>Não se aplica / Não responde</b>	31	3,6%	86	3,9%	117	3,8%
<b>TOTAL</b>	<b>869</b>	<b>100%</b>	<b>2 233</b>	<b>100%</b>	<b>3 102</b>	<b>100%</b>

Relacionando o tipo de vínculo com o tempo de serviço dos docentes, torna-se evidente o processo de crescente precarização dos laços contratuais que, recentemente, o Ministério da Educação tem vindo a estabelecer com os professores (Quadro 16). De facto, cerca de 6 em cada 10 docentes que têm até quatro anos de tempo de serviço (mais de metade, portanto, deste conjunto) encontram-se

afectos por contrato, sendo igualmente relevante o número de docentes nesta situação com um tempo de serviço situado entre 5 a 9 anos (34%).

**Quadro 15**  
**Distribuição dos docentes segundo o Vínculo Contratual**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Quadro Nomeação Definitiva	587	67,5%	1 598	71,6%	2 185	70,4%
Quadro Nomeação Provisória	8	0,9%	5	0,2%	13	0,4%
Quadro Zona Pedagógica	145	16,7%	344	15,4%	489	15,8%
Contrato Administrativo	110	12,7%	202	9,0%	312	10,1%
Não se aplica / Não responde	19	2,2%	84	3,8%	103	3,3%
<b>TOTAL</b>	<b>869</b>	<b>100%</b>	<b>2 233</b>	<b>100%</b>	<b>3 102</b>	<b>100%</b>

**Quadro 16**  
**Vínculo Contratual segundo o Tempo de Serviço**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	Tipo de Vínculo					
	QND	QNP	QZP	Contrato	NSA/NR	TOTAL
0 a 4	5,1%	1,7%	6,3%	59,1%	27,8%	100%
5 a 9	22,4%	0,8%	37,5%	34,2%	5,0%	100%
10 a 14	53,8%	0,3%	33,3%	9,8%	2,7%	100%
15 a 19	83,8%	0,6%	12,8%	1,7%	1,1%	100%
20 a 24	91,9%	0,0%	5,4%	1,8%	0,9%	100%
25 a 29	93,1%	0,2%	5,1%	0,8%	0,8%	100%
30 a 34	91,7%	0,3%	5,7%	1,3%	1,0%	100%
35 a 39	95,1%	0,0%	3,7%	0,0%	1,2%	100%
40 e mais anos	75,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>70,4%</b>	<b>0,4%</b>	<b>15,8%</b>	<b>10,1%</b>	<b>3,3%</b>	<b>100%</b>

Analisando os resultados do inquérito quanto ao número de estabelecimentos de ensino em que cada docente lecciona, bem como em relação sua natureza jurídica dos estabelecimentos de ensino, pode constatar-se que a larga maioria dos professores (96%) lecciona apenas numa escola, sendo o universo de respostas praticamente circunscrito ao sistema de ensino público (Quadros 17 e 18).

**Quadro 17**  
**Número de escolas em que lecciona**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Lecciona numa escola	831	95,6%	2 146	96,1%	2 977	96,0%
Lecciona em 2 escolas	30	3,5%	62	2,8%	92	3,0%
Lecciona em 3 escolas	8	0,9%	25	1,1%	33	1,1%
<b>TOTAL</b>	<b>869</b>	<b>100%</b>	<b>2 233</b>	<b>100%</b>	<b>3 102</b>	<b>100%</b>

**Quadro 18**  
**Natureza jurídica das escolas em que lecciona**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ensino Público	839	96,5%	2 179	97,6%	3 018	97,3%
Ensino Privado	13	1,5%	40	1,8%	53	1,7%
Ensino Público e Privado	17	2,0%	14	0,6%	31	1,0%
<b>TOTAL</b>	<b>869</b>	<b>100%</b>	<b>2 233</b>	<b>100%</b>	<b>3 102</b>	<b>100%</b>

No universo de respostas ao inquérito verifica-se efectivamente uma sub-representação de docentes dos estabelecimentos de ensino privados, o que revela que a difusão espontânea e aleatória do questionário entre os professores decorreu essencialmente no seio do sistema público, contribuindo porém para reforçar a representatividade dos dados relativos a este universo.



### **3. Principais indicadores da actividade docente**

A análise da actividade docente, no quadro dos objectivos do questionário, procura captar de modo global o trabalho atribuído a educadores e professores, estabelecendo para esse efeito um conjunto de parâmetros e indicadores, nomeadamente no que concerne ao número de *níveis de ensino* distintos leccionados<sup>6</sup>, ao número de *anos de escolaridade* e ao número total de *turmas* e de *alunos* afectos a cada docente. A análise destes parâmetros e indicadores é igualmente efectuada tomando em consideração os diferentes perfis de formação e áreas disciplinares, bem como a diferenciação dos docentes segundo o tempo de serviço e o vínculo contratual que possuem.

De acordo com aquela que é uma das hipóteses centrais subjacente à realização deste estudo, a organização do trabalho dos educadores e professores é tendencialmente efectuada a partir de princípios que tendem a descurar as condições necessárias ao adequado desenvolvimento de um ensino de qualidade por parte de cada docente, prevalecendo portanto uma lógica de simples distribuição do trabalho e das tarefas em função dos recursos que existem.

Esta lógica de organização dos processos educativos, a partir de uma gestão de recursos que desvaloriza e importância do quotidiano dos docentes e as condições necessárias ao exercício da sua actividade, assume impactos profundos no quotidiano das escolas, dos alunos e dos próprios educadores e professores. Mas traduz igualmente, sobretudo nos tempos recentes, a prevalência de uma política pautada por critérios economicistas, fortemente restritiva no tocante a uma adequada afectação de recursos humanos ao sistema.

#### **3.1- Níveis de Ensino**

De acordo com os dados do questionário, relativos ao número de níveis de ensino atribuídos, cerca de 6 em cada 10 docentes desenvolvem a sua actividade docente num único nível de ensino, sendo aproximadamente de 90% a proporção de professores que lecciona até dois níveis distintos de ensino (Quadro 19 e Gráfico 4)<sup>7</sup>. A leccionar 3 ou mais níveis de ensino encontramos, globalmente, um valor percentual de cerca de 11%.

---

<sup>6</sup> Diferenciam-se os seguintes níveis de ensino: educação pré-escolar, primeiro, segundo e terceiro ciclos do ensino básico, ensino secundário, cursos profissionalizantes (ensino profissional, cursos de Educação Formação, Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e outras formações profissionalizantes) e educação especial.

<sup>7</sup> No caso de docentes que leccionam a mais do que um nível de ensino, optou-se pelo seu enquadramento no nível de ensino em que o número de alunos se revelou mais elevado.

Quadro 19

## Distribuição dos docentes segundo o número de Níveis de Ensino a que leccionam

(Inquérito a Docentes 2008)

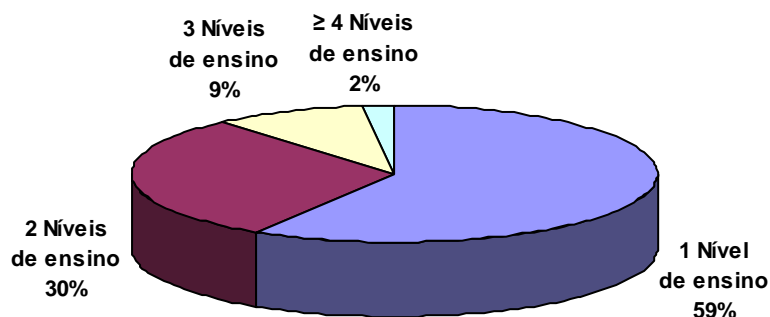
	1 Nível Ensino		2 Níveis Ensino		3 Níveis Ensino		>= 4 Níveis Ensino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ensino Pré-escolar	64	81,0%	11	13,9%	3	3,8%	1	1,3%	79	100%
Ensino Básico	1 194	59,4%	598	29,8%	176	8,8%	41	2,0%	2 009	100%
1º Ciclo	191	76,4%	37	14,8%	15	6,0%	7	2,8%	250	100%
2º Ciclo	433	69,8%	143	23,1%	36	5,8%	8	1,3%	620	100%
3º Ciclo	570	50,0%	418	36,7%	125	11,0%	26	2,3%	1 139	100%
Ensino Secundário	320	49,0%	245	37,5%	78	11,9%	10	1,5%	653	100%
Oferta Profissionalizante	46	29,7%	64	41,3%	37	23,9%	8	5,2%	155	100%
Outras Situações (*)	206	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	206	100%
<b>TOTAL</b>	<b>1 830</b>	<b>59%</b>	<b>918</b>	<b>30%</b>	<b>294</b>	<b>9%</b>	<b>60</b>	<b>2%</b>	<b>3 102</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui os docentes afectos em exclusividade ao Ensino Especial, docentes sem actividade lectiva atribuída e situações sem níveis de ensino identificados.

Gráfico 4

## Distribuição dos docentes segundo o número de Níveis de Ensino a que leccionam

(Inquérito a Docentes 2008)



Este dado global regista contudo uma ligeira alteração no caso dos docentes do terceiro ciclo do ensino básico, do ensino secundário e dos cursos profissionalizantes. Nestes casos, o peso percentual dos docentes que leccionam a 3 e mais níveis de ensino atinge o valor de 13% no terceiro ciclo do ensino básico; 14% no ensino secundário; e 29% nos cursos da oferta profissionalizante, reduzindo desse modo, face aos valores globais, a proporção de docentes que leccionam apenas até dois níveis de ensino distintos.

### 3.2- Anos de Escolaridade

A situação mais comum, no que concerne à distribuição dos docentes segundo o número de anos de escolaridade atribuídos, corresponde à leccionação de 2 anos de escolaridade distintos (situação em que se encontram 44% dos professores que responderam ao inquérito). Todavia, cerca de 25% dos docentes, ou seja 1 em cada 4, lecciona a três ou mais anos de escolaridade distintos (Quadro 20 e Gráfico 5).

Compreensivelmente, e em parte como reflexo da natureza específica de cada um dos níveis de ensino, o peso percentual de docentes que lecciona a três ou mais anos de escolaridade aumenta

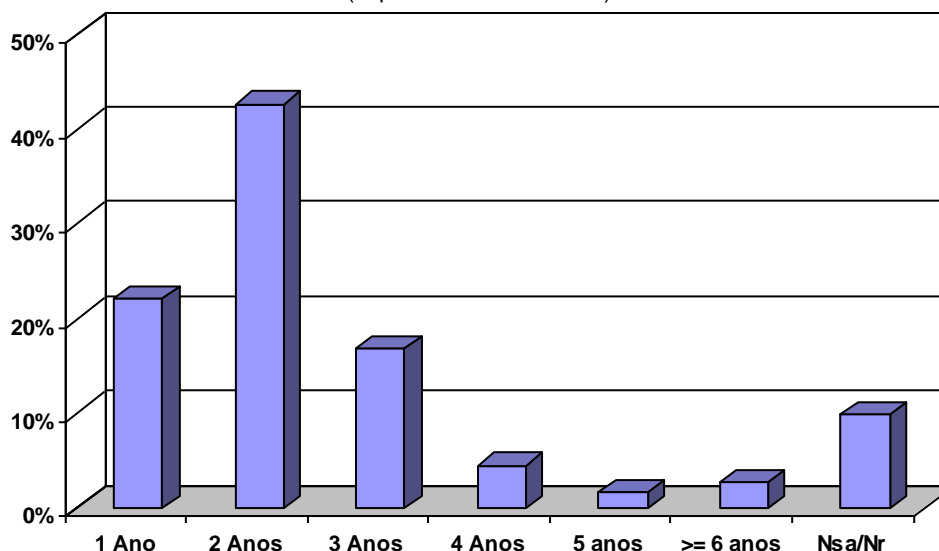
significativamente no terceiro ciclo do ensino básico e nos cursos associados a ofertas formativas profissionalizantes. No ensino secundário, tendo algum relevo o peso de docentes que têm a seu cargo três anos de escolaridade (correspondente aliás ao universo de anos de escolaridade deste nível de ensino), o valor percentual de docentes com mais de três anos de escolaridade é contudo pouco significativo.

**Quadro 20**  
Distribuição dos docentes segundo o número de Anos de Escolaridade a que leccionam  
(Inquérito a Docentes 2008)

	1 Ano	2 Anos	3 Anos	4 Anos	5 anos	>= 6 anos	Nsa/Nr	TOTAL
Ensino Pré-escolar	1%	11%	9%	4%	1%	0%	73%	100%
Ensino Básico	22%	47%	19%	5%	2%	4%	1%	100%
1º Ciclo	38%	35%	7%	7%	2%	3%	8%	100%
2º Ciclo	31%	52%	7%	4%	2%	3%	1%	100%
3º Ciclo	14%	47%	28%	5%	2%	5%	0%	100%
Ensino Secundário	30%	51%	15%	4%	1%	0%	0%	100%
Oferta Profissionalizante	19%	21%	26%	10%	3%	2%	19%	100%
Outras Situações (*)	6%	2%	0%	0%	0%	0%	90%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>22%</b>	<b>43%</b>	<b>17%</b>	<b>4%</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>	<b>10%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui os docentes afectos em exclusividade ao Ensino Especial, docentes sem actividade lectiva atribuída e situações sem níveis de ensino identificados.

**Gráfico 5**  
Distribuição dos docentes segundo o número de Anos de Escolaridade a que leccionam  
(Inquérito a Docentes 2008)



Quanto ao terceiro ciclo do ensino básico e às ofertas formativas profissionalizantes, a percentagem de docentes que leccionam três ou mais anos de escolaridade é, respectivamente, de 39% e 41%. Nestes níveis, o excesso de permeabilidade entre os diferentes cursos e níveis de ensino, que tem vindo a acentuar-se nos últimos anos, pode traduzir uma das consequências das políticas restritivas em matéria de provimento de recursos humanos, que obrigam a uma plasticidade e dispersão indesejáveis no modo como os docentes são enquadrados no sistema,

### 3.3- Áreas Disciplinares

A análise da distribuição dos docentes por disciplinas e áreas disciplinares distintas revela que cerca de 1 em cada 5 professores lecciona a três ou mais unidades disciplinares, situando-se em quase 40% a proporção de docentes responsável por uma única disciplina (Quadro 21 e Gráfico 6).

No caso dos docentes da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, sobretudo no caso daqueles que se encontram exclusivamente afectos a estes níveis de ensino, a questão das diferentes disciplinas leccionadas praticamente não se coloca (razão pela qual o número de casos de “não resposta” ou de respostas “não se aplica” atinge valores na ordem dos 80 a 90%).

Quanto aos restantes níveis de ensino, a percentagem de professores que leccionam a três ou mais disciplinas/áreas disciplinares atinge 39% no caso dos docentes do segundo ciclo do ensino básico e 23%, tanto no caso do terceiro ciclo do ensino básico como das ofertas profissionalizantes.

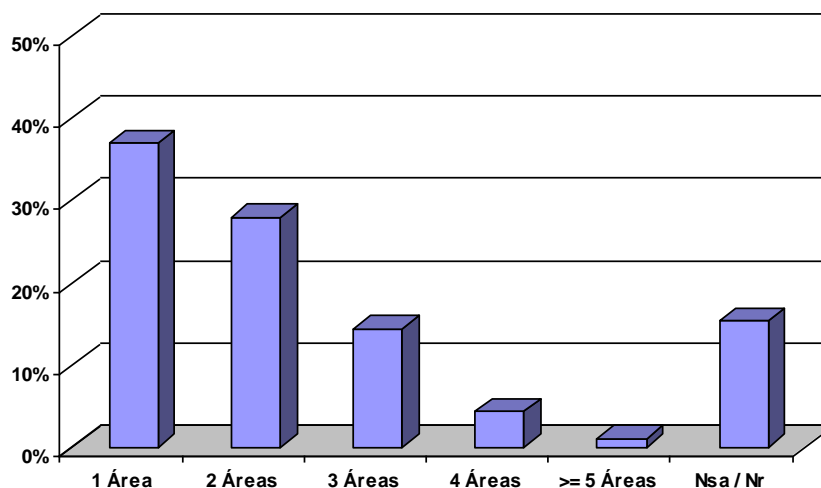
**Quadro 21**  
**Distribuição dos docentes segundo o número de Áreas Disciplinares leccionadas (\*)**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	1 Área Disciplinar	2 Áreas Disciplin.	3 Áreas Disciplin.	4 Áreas Disciplin.	5 e mais Ár. Discipl.	Nsa/Nr	TOTAL
Ensino Pré-escolar	8%	1%	0%	0%	0%	91%	100%
Ensino Básico	35%	31%	18%	6%	1%	10%	100%
1º Ciclo	13%	2%	2%	0%	0%	82%	100%
2º Ciclo	30%	34%	24%	9%	2%	0%	100%
3º Ciclo	42%	35%	18%	5%	1%	0%	100%
Ensino Secundário	57%	30%	9%	3%	0%	0%	100%
Oferta Profissionalizante	44%	34%	19%	3%	1%	0%	100%
Outras Situações (**)	2%	1%	0%	0%	0%	96%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>37%</b>	<b>28%</b>	<b>14%</b>	<b>4%</b>	<b>1%</b>	<b>15%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui todas as disciplinas e áreas disciplinares, com excepção do Estudo Acompanhado.

(\*\*) Inclui os docentes afectos em exclusividade à educação especial, docentes sem actividade lectiva atribuída e situações sem níveis de ensino identificados.

**Gráfico 6**  
**Distribuição dos docentes segundo o número de Áreas Disciplinares leccionadas**  
(Inquérito a Docentes 2008)





Relativamente ao ensino secundário, e em virtude de uma formação mais específica dos docentes face à estrutura curricular, bem como a uma maior consolidação no modo como se organiza este nível de ensino, regista-se um peso percentual comparativamente inferior no que respeita a docentes que leccionam três ou mais disciplinas, que representam cerca de 12% do total.

### 3.4- Número de Turmas

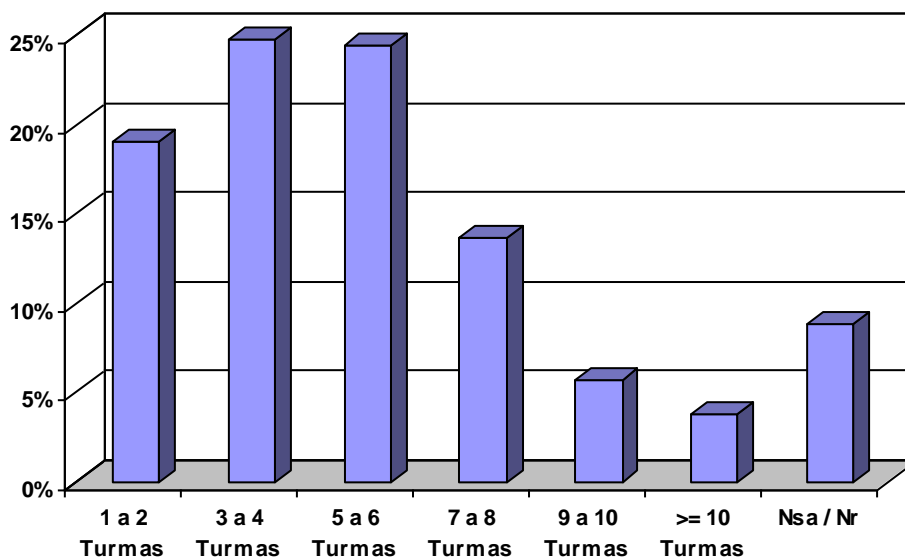
Cerca de metade (47%) dos professores que respondeu ao inquérito lecciona a cinco e mais turmas, situando-se em aproximadamente 10% (ou seja 1 em cada 10), a proporção de docentes que tem a seu cargo 10 e mais turmas (Quadro 22 e Gráfico 7).

**Quadro 22**  
**Distribuição dos docentes segundo o Número de Turmas a que leccionam**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	1 a 2 Turmas	3 a 4 Turmas	5 a 6 Turmas	7 a 8 Turmas	9 a 10 Turmas	Mais de 10 Turmas	Nsa/Nr	TOTAL
Ensino Pré-escolar	14%	1%	3%	1%	0%	0%	81%	100%
Ensino Básico	16%	21%	29%	19%	8%	5%	0%	100%
1º Ciclo	92%	6%	2%	0%	0%	0%	0%	100%
2º Ciclo	7%	29%	30%	21%	7%	6%	0%	100%
3º Ciclo	5%	20%	35%	23%	11%	6%	0%	100%
Ensino Secundário	32%	43%	20%	3%	1%	1%	1%	100%
Oferta Profissionalizante	24%	39%	23%	8%	2%	2%	2%	100%
Outras Situações (*)	3%	1%	1%	0%	0%	0%	94%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>19%</b>	<b>25%</b>	<b>24%</b>	<b>14%</b>	<b>6%</b>	<b>4%</b>	<b>9%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui os docentes afectos em exclusividade ao Ensino Especial, docentes sem actividade lectiva atribuída e situações sem níveis de ensino identificados.

**Gráfico 7**  
**Distribuição dos docentes segundo o Número de Turmas a que leccionam**  
(Inquérito a Docentes 2008)



Por níveis de ensino, é particularmente preocupante o facto de o número de docentes do terceiro ciclo do ensino básico a que estão adstritas 10 ou mais turmas, representar cerca de 17% do total de professores enquadrados neste ciclo de ensino. Com um número de turmas superior a seis, é também muito expressivo o valor encontrado para o segundo ciclo do ensino básico: cerca de 64% dos docentes deste ciclo de ensino encontra-se, de acordo com os dados do inquérito, nessa situação.

### 3.5- Número de Alunos

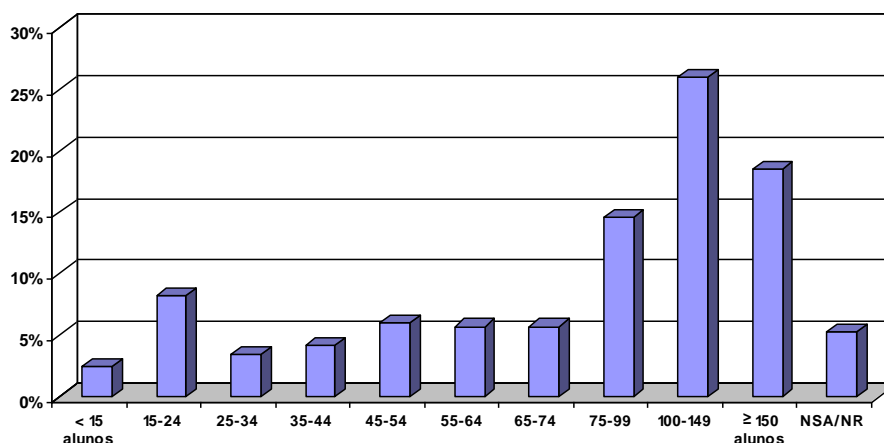
Em alternativa aos rácios simples, que equacionam o número de alunos pelo número de docentes de um determinado nível de ensino, a análise do número de alunos por professor deve ser sensível à estrutura curricular específica em questão (designadamente, como vimos, à circunstância de um aluno ter mais do que um professor), bem como aos escalões que é possível obter em função da distribuição efectiva dos alunos por cada docente. Nestes termos, constata-se que é muito expressiva na amostra a percentagem de docentes com mais de 75 alunos (quase 60% face ao total), sendo igualmente muito relevante o número de docentes com mais de 100 alunos (44%).

**Quadro 23**  
**Distribuição dos docentes segundo escalões relativos ao Número de Alunos**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	< 15 Alunos	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65-74	75-99	100-149	≥ 150 Alunos	Nsa/Nr	TOTAL
Ensino Pré-escolar	4%	58%	24%	6%	5%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Ensino Básico	1%	8%	2%	3%	4%	3%	5%	14%	33%	27%	0%	100%
1º Ciclo	10%	59%	5%	6%	5%	3%	4%	2%	4%	1%	0%	100%
2º Ciclo	0%	1%	1%	2%	5%	3%	5%	18%	35%	29%	0%	100%
3º Ciclo	0%	1%	1%	2%	3%	3%	5%	15%	38%	32%	0%	100%
Ensino Secundário	1%	3%	6%	8%	13%	14%	10%	22%	19%	3%	1%	100%
Oferta Profissionalizante	4%	9%	8%	12%	12%	14%	9%	14%	8%	8%	2%	100%
Outras Situações (*)	15%	4%	3%	0%	0%	1%	0%	0%	1%	2%	72%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>2%</b>	<b>8%</b>	<b>3%</b>	<b>4%</b>	<b>6%</b>	<b>6%</b>	<b>6%</b>	<b>15%</b>	<b>26%</b>	<b>19%</b>	<b>5%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui os docentes afectos em exclusividade ao Ensino Especial, docentes sem actividade lectiva atribuída e situações sem níveis de ensino identificados.

**Gráfico 8**  
**Distribuição dos docentes segundo escalões relativos ao Número de Alunos**  
(Inquérito a Docentes 2008)



No ensino básico, cerca de 3 em cada 4 docentes tem a seu cargo mais de 75 alunos, valor que no ensino secundário se situa em cerca de 44%. No caso dos cursos das ofertas profissionalizantes, a percentagem de professores com mais de 75 alunos atinge os 30% (Quadro 23 e Gráfico 8). Mas é no segundo e terceiro ciclos do ensino básico que a situação se revela mais preocupante, com um peso percentual de docentes com mais de 75 alunos a rondar os 80%.

### 3.6- Análise por áreas disciplinares

Face à natureza própria de cada área disciplinar, que se traduz na definição de uma estrutura horária específica, os indicadores da actividade docente evidenciam algumas variações que importa reter. Assim, considerando apenas o subconjunto da amostra que integra os docentes do segundo e terceiro ciclo do ensino básico e do ensino secundário (dado que em relação à educação pré-escolar e ao primeiro ciclo o paradigma vigente é o da monodocência), procede-se de seguida à análise dos parâmetros e indicadores considerados segundo as diferentes áreas disciplinares.

Relativamente ao número de níveis de ensino leccionados, verifica-se que - na generalidade das áreas disciplinares (com excepção para a Educação Física e a Educação Moral e Religiosa) - cerca de metade dos docentes se encontram afectos a apenas um nível de ensino, sendo todavia de 1/3 o peso percentual de professores que, em regra, se encontram afectos a dois níveis distintos de escolaridade (Quadro 24).

**Quadro 24**

**Distribuição dos docentes segundo os níveis de ensino atribuídos, por áreas disciplinares (\*)**

(Inquérito a Docentes 2008)

	1 Nível de Ensino	2 Níveis de Ensino	3 Níveis de Ensino	>= 4 Níveis de Ensino	TOTAL
1. Língua Portuguesa	56,8%	34,6%	7,7%	0,9%	100%
2. Matemática	51,5%	35,0%	11,5%	1,9%	100%
3. Língua Estrangeira	55,5%	32,0%	9,1%	3,4%	100%
4. Ciências Sociais e Humanas	60,4%	31,0%	7,6%	0,9%	100%
5. Ciências da Natureza	60,0%	30,4%	8,8%	0,8%	100%
6. Educação Artística, Visual e Tecnológica	54,7%	34,6%	8,9%	1,8%	100%
7. Educação Física e Ed. Moral e Religiosa	42,9%	37,5%	16,7%	2,9%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>55%</b>	<b>33%</b>	<b>10%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

Deve contudo assinalar-se que 13% dos docentes que leccionam a disciplina de Matemática, ao segundo e terceiro ciclo do ensino básico e ao ensino secundário, têm a seu cargo 3 ou mais níveis de ensino, o que se revela manifestamente desadequado, não só em termos gerais como, sobretudo, no caso específico desta disciplina. Registe-se, aliás, que este valor se assemelha ao registado para os docentes de Língua Estrangeira (12,5%), bem como no caso dos professores de Educação Física e Educação Moral e Religiosa (19,6%), sendo que estas últimas áreas disciplinares poderão justificar (pela carga horária semanal atribuída e pela sua especificidade), a existência de uma maior dispersão da actividade docente por mais do que um ou dois níveis de ensino.

A distribuição segundo o número de anos de escolaridade atribuídos (Quadro 25) mostra que o caso dos professores de Língua Portuguesa configura a situação mais favorável, dado que cerca de 1 em cada 3 docentes lecciona a apenas um ano de escolaridade. Nas restantes áreas disciplinares, de facto, atingem-se percentagens inferiores a esse valor.

**Quadro 25**  
**Distribuição dos docentes segundo os anos de escolaridade atribuídos, por áreas disciplinares (\*)**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	1 Ano	2 Anos	3 Anos	4 Anos	5 anos	>= 6 anos	Nsa/Nr	TOTAL
1. Língua Portuguesa	32,1%	49,4%	13,6%	2,5%	0,3%	1,9%	0,3%	100%
2. Matemática	27,7%	50,4%	14,6%	2,7%	1,9%	2,3%	0,4%	100%
3. Língua Estrangeira	14,4%	55,0%	24,4%	2,8%	1,1%	2,3%	0,0%	100%
4. Ciências Sociais e Humanas	24,1%	53,2%	15,3%	3,7%	1,2%	2,3%	0,2%	100%
5. Ciências da Natureza	28,2%	48,8%	15,9%	3,0%	1,4%	2,7%	0,0%	100%
6. Educação Artística, Visual e Tecnológica	15,7%	45,0%	24,3%	6,5%	2,1%	5,9%	0,6%	100%
7. Educação Física e Ed. Moral e Religiosa	17,3%	42,3%	24,0%	8,0%	3,8%	3,5%	1,0%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>23%</b>	<b>49%</b>	<b>19%</b>	<b>4%</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

Se considerarmos que, por razões de natureza pedagógica e de qualidade do ensino, um docente não deve leccionar a mais do que dois anos de escolaridade, constatamos (de acordo com os dados do questionário) que nas áreas disciplinares relativas à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Sociais e Humanas e Ciências da Natureza, cerca de 1 em cada 5 docentes lecciona a um número igual ou superior a três anos de escolaridade distintos. No caso dos docentes de Língua Estrangeira este valor aproxima-se dos 31% e, no que respeita às disciplinas de Educação Artística, Visual e Tecnológica, Educação Física e Educação Moral e Religiosa, cerca de 4 em cada 10 docentes lecciona a um número de anos de escolaridade igual ou superior a 3. Nestes últimos casos, aliás, o peso percentual de docentes que leccionam a 4 ou mais anos de escolaridade distintos atinge os 15%.

Para além da questão dos níveis de ensino e do número de anos de escolaridade leccionados, importa também analisar a dispersão da actividade docente por diferentes disciplinas e áreas disciplinares (Quadro 26)<sup>8</sup>. Com a excepção dos professores de Educação Física e de Educação Moral e Religiosa (as disciplinas que configuram uma maior especificidade e, por isso, menor plasticidade em termos de actividade lectiva), em nenhuma outra área disciplinar a maioria dos docentes tem a seu cargo apenas uma disciplina. No caso dos docentes de Matemática, Línguas Estrangeiras e Ciências da Natureza, a percentagem de docentes que lecciona apenas uma disciplina aproxima-se dos 50% (oscilando entre 45% e 49%), sendo inferior no caso dos professores de Língua Portuguesa (40%) e, sobretudo, de Educação Artística, Visual e Tecnológica, onde apenas cerca de 1 em cada 5 docentes tem atribuída uma única disciplina.

Globalmente, considerando o universo de professores do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e do ensino secundário, cerca de 1 em cada 4 docentes lecciona três ou mais disciplinas e/ou áreas

<sup>8</sup> Para efeitos de análise, considera-se como área disciplinar principal a que se associa ao maior número de turmas e de alunos, contabilizando-se de seguida o número de disciplinas e áreas disciplinares atribuídas a cada docente.

disciplinares. Contudo, encontramos valores superiores a esta média no caso dos docentes de Língua Portuguesa e de Ciências Sociais e Humanas (com um peso percentual de professores a leccionar 3 ou mais disciplinas situado entre os 25% e os 30%), bem como no caso das disciplinas de Educação Artística, Visual e Tecnológica, onde cerca de 4 em cada 10 docentes lecciona a 3 ou mais disciplinas.

Quadro 26

## Docentes por áreas disciplinares atribuídas, segundo a área disciplinar principal (\*)

(Inquérito a Docentes 2008)

	1 Área Disciplinar	2 Áreas Disciplin.	3 Áreas Disciplin.	4 Áreas Disciplin.	5 e mais Ár. Disc.	Nsa/Nr	TOTAL
1. Língua Portuguesa	39,2%	33,0%	21,0%	5,6%	1,2%	0,0%	100%
2. Matemática	46,5%	35,4%	15,0%	1,5%	1,5%	0,0%	100%
3. Língua Estrangeira	49,0%	31,4%	13,3%	5,7%	0,6%	0,0%	100%
4. Ciências Sociais e Humanas	40,7%	34,5%	20,1%	3,7%	0,9%	0,0%	100%
5. Ciências da Natureza	44,7%	32,6%	15,1%	6,3%	1,4%	0,0%	100%
6. Educação Artística, Visual e Tecnológica	23,1%	39,3%	25,1%	10,4%	2,1%	0,0%	100%
7. Educação Física e Ed. Moral e Religiosa	59,0%	28,2%	8,7%	3,2%	1,0%	0,0%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>43%</b>	<b>34%</b>	<b>17%</b>	<b>5%</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

Se os indicadores analisados até aqui permitem identificar alguns níveis diferenciados de dispersão da actividade docente, quando a mesma é analisada segundo as diversas áreas disciplinares, é contudo no que respeita ao número de turmas e alunos (Quadros 27 e 28) que vamos encontrar maiores variações.

Relativamente ao número de turmas a que os docentes leccionam, segundo a área disciplinar a que pertencem, verificamos que nos casos da Língua Portuguesa e da Matemática mais de 1/3 dos docentes lecciona a 3 ou 4 turmas, sendo igualmente significativo o peso percentual de professores que tem a seu cargo 5 ou 6 turmas. No conjunto, cerca de 70% dos docentes de Língua Portuguesa lecciona a um número de turmas compreendido entre 3 e 6, situando-se este indicador em 62% no caso dos professores de Matemática, Tanto numa como noutra situação, atendendo à importância estruturante destas disciplinas, os valores observados revelam-se manifestamente excessivos.

Quadro 27

## Distribuição dos docentes segundo o número de turmas atribuídas, por áreas disciplinares (\*)

(Inquérito a Docentes 2008)

	1 a 2 Turmas	3 a 4 Turmas	5 a 6 Turmas	7 a 8 Turmas	9 a 10 Turmas	Mais de 10 Turmas	Nsa/Nr	TOTAL
1. Língua Portuguesa	11,7%	36,7%	33,0%	13,6%	3,1%	1,5%	0,3%	100%
2. Matemática	16,2%	37,3%	25,0%	13,5%	6,5%	1,5%	0,0%	100%
3. Língua Estrangeira	5,7%	26,6%	34,8%	24,1%	5,4%	3,1%	0,3%	100%
4. Ciências Sociais e Humanas	16,9%	26,9%	26,2%	15,7%	9,5%	3,9%	0,9%	100%
5. Ciências da Natureza	24,1%	28,5%	26,3%	13,2%	5,5%	1,9%	0,5%	100%
6. Educação Artística, Visual e Tecnológica	7,7%	21,6%	22,2%	21,0%	14,5%	13,0%	0,0%	100%
7. Educação Física e Ed. Moral e Religiosa	4,5%	25,3%	41,0%	17,0%	4,8%	7,4%	0,0%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>13%</b>	<b>29%</b>	<b>30%</b>	<b>17%</b>	<b>7%</b>	<b>5%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

Estimando a percentagem de docentes que tem a seu cargo 5 e mais turmas, verificamos que cerca de 70% dos professores de Educação Artística, Visual e Tecnológica, bem como os docentes de Educação Física e de Educação Moral e Religiosa se encontram nessa situação (que decorre, como já referido, da especificidade destas disciplinas), sendo todavia igualmente expressivos os valores encontrados para o caso das Línguas Estrangeiras (67%), das Ciências Sociais e Humanas (55%) e da Língua Portuguesa (51%). Em qualquer destas áreas disciplinares a maioria dos docentes tem portanto mais de 5 turmas a seu cargo, registando-se valores ligeiramente inferiores a 50% apenas no caso da Matemática e das Ciências da Natureza (com cerca de 47% dos docentes a leccionar a um número de turmas igual ou superior a 5).

Em qualquer das áreas disciplinares consideradas, a esmagadora maioria dos docentes lecciona, no total, a mais de 75 alunos. É assim com os professores de Língua Portuguesa e de Ciências Sociais e Humanas (cerca de 70% encontram-se nesta situação); bem como no caso dos professores de Matemática (67%) e de Ciências da Natureza (61%). Valores superiores a 80%, relativos à proporção de docentes que têm a seu cargo 75 e mais alunos, verificam-se não só no caso das disciplinas de Educação Artística, Visual e Tecnológica, Educação Física e Educação Moral e Religiosa, mas também no caso dos professores de Língua Estrangeira.

Quadro 28

Distribuição dos docentes segundo o número de alunos atribuídos, por áreas disciplinares (\*)

(Inquérito a Docentes 2008)

	< 15 Alunos	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65-74	75-99	100-149	≥ 150 Alunos	Nsa/Nr	TOTAL
1. Língua Portuguesa	0,0%	1,2%	1,5%	3,7%	8,0%	6,8%	8,0%	23,1%	33,0%	14,2%	0,3%	100%
2. Matemática	0,4%	3,1%	2,7%	5,8%	6,9%	6,5%	7,3%	23,1%	27,3%	16,9%	0,0%	100%
3. Língua Estrangeira	0,0%	0,8%	0,6%	3,4%	4,5%	3,7%	5,9%	19,8%	36,8%	24,1%	0,3%	100%
4. Ciências Sociais e Humanas	0,9%	2,8%	2,3%	3,5%	5,8%	7,9%	6,3%	13,9%	30,6%	25,0%	1,2%	100%
5. Ciências da Natureza	0,3%	1,1%	4,4%	5,8%	11,2%	8,5%	6,6%	16,7%	27,9%	17,0%	0,5%	100%
6. Ed. Artística, Visual e Tecnológica	0,9%	0,9%	2,4%	2,4%	4,4%	4,1%	3,6%	13,0%	29,0%	39,1%	0,3%	100%
7. Ed. Física e Ed. Moral e Religiosa	0,0%	0,6%	1,3%	1,6%	1,6%	3,2%	7,1%	15,4%	44,9%	24,4%	0,0%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>0%</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>4%</b>	<b>6%</b>	<b>6%</b>	<b>6%</b>	<b>18%</b>	<b>33%</b>	<b>23%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

Este retrato, que revela com uma clareza impressionante a impossibilidade efectiva - para a maioria dos docentes - em desenvolver estratégias de acompanhamento individualizado dos alunos, traduz uma realidade ainda mais preocupante quando consideramos apenas a proporção de professores que lecciona a mais de 100 alunos. No caso da Matemática, Língua Portuguesa e Ciências da Natureza, estes representam quase metade dos docentes enquadrados em cada uma destas áreas disciplinares, ultrapassando-se o limiar dos 60% no caso das Línguas Estrangeiras, da Educação Artística, Visual e Tecnológica e da Educação Física e Educação Moral e Religiosa.

A introdução recente de novas áreas disciplinares, como as Actividades de Enriquecimento Curricular, desprovida em regra de uma adequada dotação em termos de recursos humanos (para além do facto de a cooptação de profissionais ao sistema ser feita em múltiplos casos em condições de inaceitável precariedade), parece explicar por que razão o indicador do número de alunos por docente assume valores tão significativos nas áreas disciplinares das Línguas Estrangeiras e da Educação Artística,

Visual e Tecnológica. Porém, perante o panorama geral que se constata com os resultados do inquérito, a dificuldade em desenvolver, com a necessária qualidade e individualidade, processos de ensino e aprendizagem, é transversal a todas as áreas disciplinares do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

### 3.7- Análise segundo o tempo de serviço e a situação contratual

Para além da análise, por disciplinas e áreas disciplinares, dos parâmetros e indicadores definidos, revela-se igualmente importante questionar se a situação dos docentes quanto ao tempo de serviço que possuem e quanto à natureza do vínculo contratual que mantém, é relevante em termos de variação dos resultados obtidos através do inquérito.

Relativamente ao tempo de serviço, os dados do questionário sugerem que a dispersão dos docentes por diferentes níveis de ensino, anos de escolaridade e áreas disciplinares tende a diminuir em função do aumento do número de anos de actividade lectiva, agravando portanto, tendencialmente, a sobrecarga que afecta os professores em início de carreira. De facto, se cerca de 60% dos docentes com 20 e mais anos de tempo de serviço lecciona a apenas um nível de ensino, essa proporção limita-se aos 40% no caso de professores com menos de 5 anos de actividade docente (Quadro 29). Correlativamente, verifica-se que cerca de 1 em cada 5 docentes com menos de 5 anos de tempo de serviço se encontra numa situação mais desfavorável (com três ou mais níveis de ensino atribuídos), rácio que se reduz de 1 para 10 (ou seja, para metade) no caso dos docentes com 20 ou mais anos de tempo de serviço.

**Quadro 29**  
**Distribuição dos docentes por níveis de ensino atribuídos, segundo o tempo de serviço (\*)**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	1 Nível de Ensino	2 Níveis de Ensino	3 Níveis de Ensino	>= 4 Níveis de Ensino	TOTAL
Menos de 5 anos	38,9%	41,7%	15,7%	3,7%	100%
De 5 a 9 anos	48,9%	37,1%	11,4%	2,7%	100%
De 10 a 19 anos	53,5%	34,3%	10,4%	1,8%	100%
Com 20 e mais anos	59,0%	31,0%	8,6%	1,5%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>55%</b>	<b>33%</b>	<b>10%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

Quanto ao número de anos de escolaridade atribuídos, a situação é idêntica. Cerca de 80% dos professores com 20 e mais anos de serviço leccionam a apenas dois anos de escolaridade distintos, enquanto no caso dos docentes com um tempo de serviço inferior a 5 anos essa percentagem se reduz para 60% (Quadro 30). Nas situações intermédias, de 5 a 19 anos de actividade docente, o peso percentual dos professores a que estão atribuídos um ou dois anos de escolaridade, aproxima-se já dos 70%. Porém, as diferenças são particularmente expressivas no caso de 5 ou mais anos distintos de escolaridade atribuídos, onde claramente a proporção de docentes é superior nos casos de actividade lectiva inferior a 5 anos (13%), sendo que para qualquer uma das categorias de tempo

de serviço acima de 5 anos de actividade lectiva, este valor não supera os 5%. Assim, à semelhança do que sucede relativamente aos níveis de ensino, constata-se que a progressão na carreira tende a traduzir-se numa redução dos factores de dispersão da actividade docente.

**Quadro 30**  
**Distribuição dos docentes por anos de escolaridade atribuídos, segundo o tempo de serviço (\*)**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	Até 2 anos de escolaridade	3 e 4 anos de escolaridade	A 5 e mais anos de escolaridade	TOTAL
Menos de 5 anos	59,3%	27,8%	13,0%	100%
De 5 a 9 anos	69,6%	25,8%	4,6%	100%
De 10 a 19 anos	66,9%	28,0%	5,1%	100%
Com 20 e mais anos	78,7%	17,9%	3,4%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>72%</b>	<b>23%</b>	<b>5%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

Relativamente à distribuição das áreas disciplinares, não se verificam discrepâncias assinaláveis segundo o tempo de serviço. Em qualquer das classes de tempo de actividade docente consideradas, o afastamento em relação à média global é em regra reduzido, não permitindo portanto estabelecer correlações (Quadro 31).

**Quadro 31**  
**Distribuição dos docentes por áreas disciplinares atribuídas, segundo o tempo de serviço (\*)**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	1 Área Disciplinar	2 Áreas Disciplinares	3 Áreas Disciplinares	4 e mais Áreas Disciplinares	TOTAL
Menos de 5 anos	44,4%	32,4%	17,6%	5,6%	100%
De 5 a 9 anos	42,4%	31,4%	19,3%	6,8%	100%
De 10 a 19 anos	39,7%	33,4%	19,1%	7,8%	100%
Com 20 e mais anos	45,8%	34,1%	14,8%	5,4%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>43%</b>	<b>33%</b>	<b>17%</b>	<b>7%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

Algo idêntico sucede relativamente à distribuição quanto ao número de turmas. Apenas nas situações extremas (os casos de entre 7 a 10 turmas por docente e os casos de um número de turmas por docente superior a 10), se verifica a existência de uma correlação com o tempo de serviço (Quadro 32). Sobretudo no caso de mais de 10 turmas atribuídas, a percentagem de professores nesta situação e que têm menos de 5 anos de tempo de serviço (11,2%) representa quase o dobro da verificada relativamente aos professores com um número de anos de actividade entre 5 e 19, e cerca de um décimo relativamente aos docentes com 20 e mais anos de tempo de serviço.

Estas diferenças, porém, não se reflectem de modo significativo na distribuição em função do número de alunos e das classes consideradas de tempo de serviço dos professores do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e ensino secundário (Quadro 33), embora se verifique a tendência, em relação



a estes indicadores (número de turmas e número de alunos), para que a classe relativa a 20 e mais anos de tempo de serviço se diferencie das restantes. De facto, os docentes que se encontram nessa situação tendem a registar as mais elevadas percentagens nos parâmetros de menor número de turmas e de alunos atribuídos, e consequentemente as menores percentagens nas situações opostas.

Quadro 32

Distribuição dos docentes pelo número de turmas atribuídas, segundo o tempo de serviço (\*)

(Inquérito a Docentes 2008)

	Até 3 turmas	De 4 a 6 turmas	De 7 a 10 turmas	Mais de 10 turmas	TOTAL
Menos de 5 anos	21,5%	39,3%	28,0%	11,2%	100%
De 5 a 9 anos	15,6%	48,3%	29,3%	6,8%	100%
De 10 a 19 anos	17,5%	44,6%	31,4%	6,5%	100%
Com 20 e mais anos	36,0%	45,8%	16,3%	1,9%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>26%</b>	<b>45%</b>	<b>24%</b>	<b>5%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

Quadro 33

Distribuição dos docentes pelo número de alunos atribuídos, segundo o tempo de serviço (\*)

(Inquérito a Docentes 2008)

	Até 24 alunos	De 25 a 64 alunos	De 65 a 99 alunos	De 100 a 149 alunos	150 e mais alunos	TOTAL
Menos de 5 anos	3,7%	15,0%	25,2%	30,8%	25,2%	100%
De 5 a 9 anos	1,5%	10,7%	17,2%	41,2%	29,4%	100%
De 10 a 19 anos	1,6%	13,0%	19,3%	34,1%	32,0%	100%
Com 20 e mais anos	2,2%	25,0%	29,6%	29,3%	14,0%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>2%</b>	<b>18%</b>	<b>24%</b>	<b>33%</b>	<b>23%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

A análise segundo a natureza do vínculo contratual dos docentes permite obter um retrato que se assemelha ao anteriormente obtido, que considerou o tempo de serviço. Neste caso, porém, a diferenciação estabelece-se em regra ao nível das situações de contrato administrativo, que tendem a distinguir-se pelos valores superiores à média global, sobretudo em relação aos casos de pertença ao Quadro de Zona Pedagógica e de Nomeação Definitiva.

Por exemplo, situando-se em 4,4% a percentagem de docentes contratados que leccionam a quatro ou mais níveis de ensino, este indicador não chega a atingir os 2%, tanto no caso dos docentes afectos a Quadros de Zona Pedagógica, como no caso dos docentes que pertencem ao Quadro de Nomeação Definitiva (Quadro 34). Paralelamente, enquanto quase 8% dos professores contratados lecciona a cinco ou mais anos de escolaridade distintos, a proporção no caso das restantes situações situa-se em cerca de metade daquele valor (Quadro 35). Por último, e à semelhança do que se observou na análise segundo o tempo de serviço, as diferenças quanto ao número de áreas disciplinares distintas não são relevantes: independentemente do vínculo contratual estabelecido, registam-se valores próximos da média em qualquer das categorias consideradas (Quadro 36)

Quadro 34

Distribuição dos docentes por níveis de ensino atribuídos, segundo o vínculo contratual (\*)

(Inquérito a Docentes 2008)

	1 Nível de Ensino	2 Níveis de Ensino	3 Níveis de Ensino	>= 4 Níveis de Ensino	TOTAL
Contrato Administrativo	44,6%	40,2%	10,8%	4,4%	100%
Quadro de Zona Pedagógica	58,6%	28,3%	11,4%	1,6%	100%
Quadro de Nomeação Definitiva	55,7%	33,2%	9,5%	1,5%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>55%</b>	<b>33%</b>	<b>10%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

Quadro 35

Distribuição dos docentes por anos de escolaridade atribuídos, segundo o vínculo contratual (\*)

(Inquérito a Docentes 2008)

	Até 2 anos de escolaridade	3 e 4 anos de escolaridade	A 5 e mais anos de escolaridade	TOTAL
Contrato Administrativo	66,0%	26,3%	7,7%	100%
Quadro de Zona Pedagógica	69,6%	26,8%	3,6%	100%
Quadro de Nomeação Definitiva	73,5%	22,2%	4,3%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>72%</b>	<b>23%</b>	<b>5%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

Quadro 36

Distribuição dos docentes por áreas disciplinares atribuídas, segundo o vínculo contratual (\*)

(Inquérito a Docentes 2008)

	1 Área Disciplinar	2 Áreas Disciplinares	3 Áreas Disciplinares	4 e mais Áreas Disciplinares	TOTAL
Contrato Administrativo	44,6%	31,5%	18,7%	5,2%	100%
Quadro de Zona Pedagógica	33,9%	40,1%	19,2%	6,8%	100%
Quadro de Nomeação Definitiva	44,7%	32,4%	16,4%	6,5%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>43%</b>	<b>33%</b>	<b>17%</b>	<b>6%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

Já no que respeita ao número de turmas atribuídas, os docentes afectos por contrato administrativo apresentam uma maior sobrecarga. Cerca de 1 em cada 10 tem mais de 10 turmas, valor que se situa em cerca de metade (5%) no caso dos professores que pertencem aos Quadros de Zona Pedagógica, obtendo-se um valor que é ainda ligeiramente menor (3,7%) no caso dos docentes afectos ao Quadro de Nomeação Definitiva (Quadro 37). Nas situações mais favoráveis, em que o número de turmas atribuídas é igual ou inferior a três, destacam-se os docentes do Quadro de Nomeação Definitiva (cerca de 3 em cada 10 encontra-se nesta situação), relativamente às restantes formas de contrato.

Em relação ao número total de alunos por docente, deve assinalar-se uma diferença relevante entre as diversas situações de vínculo contratual (Quadro 38). De facto, se praticamente 23% dos professores do Quadro de Nomeação Definitiva têm um contingente de alunos inferior a 65, esta

percentagem situa-se em apenas cerca de 10%, tanto no caso dos docentes que pertencem a Quadros de Zona Pedagógica como no caso dos professores contratados. Inversamente, a proporção de docentes na situação menos favorável (150 ou mais alunos), é claramente superior nas situações de contrato administrativo (34,3%) e de pertença a Quadros de Zona Pedagógica (32,5%), do que no que diz respeito aos docentes do Quadro de Nomeação Definitiva (cerca de 20%).

**Quadro 37****Distribuição dos docentes pelo número de turmas atribuídas, segundo o vínculo contratual (\*)**

(Inquérito a Docentes 2008)

	Até 3 turmas	De 4 a 6 turmas	De 7 a 10 turmas	Mais de 10 turmas	TOTAL
Contrato Administrativo	15,9%	41,0%	33,1%	10,0%	100%
Quadro de Zona Pedagógica	12,5%	45,9%	36,7%	4,9%	100%
Quadro de Nomeação Definitiva	29,7%	45,7%	21,0%	3,7%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>26%</b>	<b>45%</b>	<b>24%</b>	<b>5%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

**Quadro 38****Distribuição dos docentes pelo número de alunos atribuídos, segundo o vínculo contratual (\*)**

(Inquérito a Docentes 2008)

	Até 24 alunos	De 25 a 64 alunos	De 65 a 99 alunos	De 100 a 149 alunos	150 e mais alunos	TOTAL
Contrato Administrativo	2,4%	8,8%	19,9%	34,7%	34,3%	100%
Quadro de Zona Pedagógica	1,0%	9,8%	17,4%	39,3%	32,5%	100%
Quadro de Nomeação Definitiva	2,0%	21,0%	25,7%	31,1%	20,2%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>2%</b>	<b>18%</b>	<b>24%</b>	<b>33%</b>	<b>23%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui apenas os docentes do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e docentes do ensino secundário.

As lógicas de estruturação da carreira docente, que estabelecem uma redução progressiva do volume de trabalho lectivo em função do aumento do tempo de serviço, ajudam a compreender, em parte, os resultados obtidos. Contudo, parece ser igualmente verdade que tanto a situação de início de carreira como, sobretudo, a da natureza do vínculo contratual estabelecido, constituem factores de acrescida sobrecarga na dispersão da actividade docente, desfavorecendo portanto as condições necessárias a um adequado ingresso e integração no sistema educativo, prejudicando acrescidamente um exercício da actividade compatível com a qualidade de ensino que se deseja.

Sublinhe-se, neste termos, que o tempo de serviço e o vínculo contratual constituem factores que apenas agravam, em casos específicos, uma situação que é geral e que se traduz num excesso de dispersão da actividade docente (por níveis de ensino, anos de escolaridade e áreas disciplinares), bem como num excesso generalizado do volume de trabalho lectivo (nomeadamente em relação aos rácios de turmas e de alunos por docente).



## **4. Os tempos e as condições de realização da actividade docente**

A actividade docente não se limita à leccionação de aulas nem se circunscreve ao interior das fronteiras dos estabelecimentos de ensino. Na verdade, o quotidiano dos docentes é preenchido por um conjunto bastante diverso de actividades, todas elas consumidoras de tempo e que prosseguem para além da escola, invadindo em regra o espaço da vida pessoal, social e familiar dos professores.

Uma política educativa que assuma, de facto, a centralidade da questão dos recursos humanos e do quotidiano dos professores na melhoria do sistema e das aprendizagens não pode, por conseguinte, resumir a actividade docente à sua componente lectiva, devendo em alternativa perspectivar de forma integrada todo o trabalho desenvolvido, cuidando de assegurar que os docentes dispõem das condições adequadas para o exercício da sua profissão. Nestes termos, considerar o modo como se distribui o tempo da docência, bem como as condições materiais de que os professores dispõem, constitui um passo essencial para a qualificação dos recursos humanos, tendo em vista a melhoria do sistema educativo e da qualidade das aprendizagens.

### **4.1- Os tempos da actividade docente**

No âmbito do questionário realizado, assumiu-se que a organização do tempo dos docentes se traduz em três grandes universos: por um lado, o das actividades lectivas propriamente ditas (incluindo as aulas de substituição e outras actividades lectivas realizadas com alunos); por outro, as actividades desenvolvidas na escola e que podem assumir uma natureza diversa (desde a assumpção de cargos dirigentes, no Conselho Executivo e na Coordenação de departamento, por exemplo, à participação em reuniões e projectos); por último, o tempo que corresponde ao trabalho individual realizado na escola (essencialmente relativo à preparação de aulas e correcção de testes). Um quarto universo do tempo dos professores deve contudo ser igualmente considerado, reportando uma distinção relevante no que concerne ao espaço em que se realiza a actividade e obrigando a considerar o trabalho individual realizado em casa. O Quadro 39 procura, neste sentido, sistematizar os resultados do inquérito obtidos.

De acordo com os dados, a actividade relativa à leccionação de aulas preenche entre 16 a 25 horas semanais do tempo de trabalho da maior parte dos professores (nomeadamente em cerca de 65% dos casos). Por seu turno, as actividades desenvolvidas na escola, e que assumem uma natureza não lectiva, implicam na larga maioria das situações (entre 89 e 99% dos casos) um número de horas que não supera um valor de 10. Já o trabalho individual realizado em casa preenche semanalmente até 10 horas do tempo de metade dos professores, situando-se o trabalho individual semanal realizado em casa entre 11 e 20 horas no caso dos praticamente restantes 50% do universo da amostra.

Quadro 39

## Distribuição semanal do tempo efectivamente dispendido pelos docentes, segundo o tipo de actividade

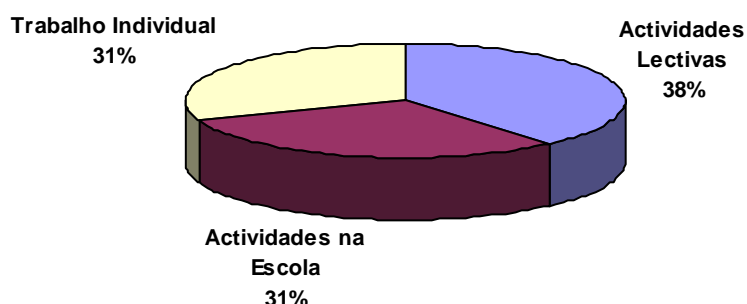
(Inquérito a Docentes 2008)

	Até 10 horas	11 a 15 horas	16 a 20 horas	21 a 25 horas	26 a 30 horas	31 a 35 horas	36 a 40 horas	41 a 45 horas	Mais de 45 horas	TOTAL
<b>TRABALHO NA ESCOLA</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>4%</b>	<b>10%</b>	<b>22%</b>	<b>24%</b>	<b>15%</b>	<b>7%</b>	<b>14%</b>	<b>100%</b>
<b>Tempos Lectivos</b>	<b>5%</b>	<b>11%</b>	<b>24%</b>	<b>33%</b>	<b>22%</b>	<b>4%</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>
- Aulas	8%	22%	37%	28%	4%	1%	0%	0%	0%	100%
- Outros tempos lectivos	91%	7%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
<b>Actividades da Escola</b>	<b>68%</b>	<b>17%</b>	<b>8%</b>	<b>3%</b>	<b>2%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>
- Cargos dirigentes	89%	4%	3%	1%	1%	2%	0%	0%	0%	100%
- Direcção de Turma	99%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
- Reuniões	98%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
- Projectos e outras	91%	5%	3%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
<b>Trabalho Individual</b>	<b>21%</b>	<b>31%</b>	<b>24%</b>	<b>10%</b>	<b>5%</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>
<b>TRABALHO EM CASA</b>	<b>50%</b>	<b>29%</b>	<b>14%</b>	<b>4%</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>5%</b>	<b>9%</b>	<b>16%</b>	<b>20%</b>	<b>44%</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui os docentes afectos em exclusividade à Educação Especial, docentes sem actividade lectiva atribuída e situações sem nível de ensino identificado.

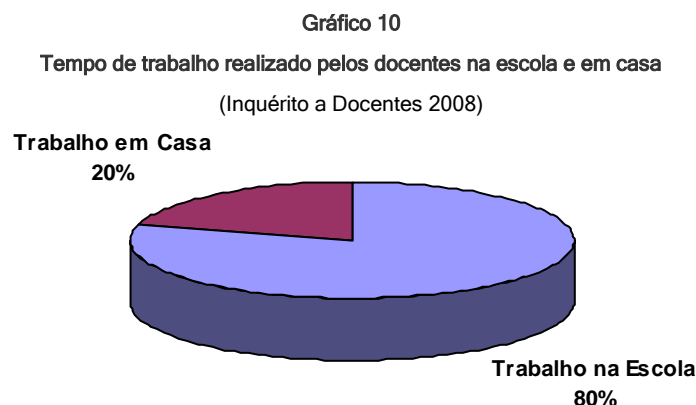
A partir do cálculo dos tempos dispendidos nas diferentes actividades que preenchem o quotidiano dos professores, é possível estabelecer um padrão médio, que o Gráfico 9 procura ilustrar. De acordo com os valores obtidos, as actividades de natureza lectiva representam cerca de 40% do total do tempo de trabalho realizado semanalmente pelos docentes, distribuindo-se de forma equitativa os restantes 62% do tempo, por um lado na realização de trabalho individual relativo à preparação de aulas e correcção de provas e, por outro, nas diferentes actividades realizadas na escola mas que assumem uma natureza não lectiva.

**Gráfico 9**  
Distribuição do tempo dispendido pelos docentes segundo o Tipo de Actividade  
(Inquérito a Docentes 2008)



Relativamente à comparação entre o tempo semanalmente dispendido na escola e em casa, verifica-se que este último corresponde a cerca de 20% do tempo total semanal dispendido pelos docentes na sua actividade profissional (Gráfico 10). Aliás, na esfera do tempo de trabalho individual, constata-se que a maior parte da actividade é realizada em casa e não na escola, o que traduz claramente a existência de um duplo problema na organização da actividade quotidiana dos professores. Por um lado, este dado reflecte a circunstância de os docentes não disporem das condições adequadas no

espaço escolar para desenvolver trabalho individual. Por outro, a realização de actividade relacionada com a escola, em casa, não deixa de reflectir o excesso de dispersão e volume de trabalho afecto aos docentes, em termos de número de turmas, alunos, anos de escolaridade, áreas disciplinares e níveis de ensino, como temos vindo a analisar.



Face aos dados obtidos, pode estimar-se que os professores portugueses dedicam à sua profissão um valor médio de cerca de 46 horas semanais, que ultrapassa assim - de forma clara - o horário semanal legalmente estabelecido, de 35 horas. Reflectindo uma concepção de sistema educativo que privilegia a lógica economicista, em lugar de conceder centralidade às condições de exercício da actividade docente, também este dado é revelador do deficit de recursos humanos da Educação, que tem vindo a agravar-se nos últimos anos.

#### **4.2- As condições de realização de trabalho individual, na escola**

Como vimos, o número médio de horas semanais de trabalho individual realizado pelos docentes nas suas casas corresponde em regra o dobro do número médio de horas de trabalho individual realizado na escola. A esta distribuição não é obviamente estranha a manifesta falta de condições de trabalho existente na generalidade dos estabelecimentos de ensino, realidade que as respostas ao inquérito nos dão conta de uma forma muito expressiva, tanto quantitativa como qualitativamente.

Quando questionados sobre a existência e uso de diferentes espaços, na escola, para desenvolver trabalho individual, a maioria dos docentes elege a Sala dos Professores (52%), a Biblioteca (22%) e outros espaços (27%) como sendo os mais utilizados (Quadro 40 e Gráfico 11). Os gabinetes próprios e partilhados, por seu turno, constituem em regra uma simples miragem para a quase totalidade dos docentes, que refere massivamente a sua não existência (evidente no número de não respostas e de respostas que referem “não se aplica”). A utilização dos Gabinetes de Departamento e/ou de Disciplina, que constituem espaços com características comparativamente mais favoráveis para a realização de trabalho individual, é apenas referida por cerca de 16% dos docentes.

Assim, nas escolas, as condições efectivas que cada um dos espaços disponíveis consubstancia (sabendo-se da inexistência na prática de espaços devidamente apropriados para a realização de trabalho individual pelos docentes, ou seja, gabinetes individuais ou partilhados) - parece ter uma influência clara nos padrões de frequência com que os mesmos são utilizados. A Sala de Professores,

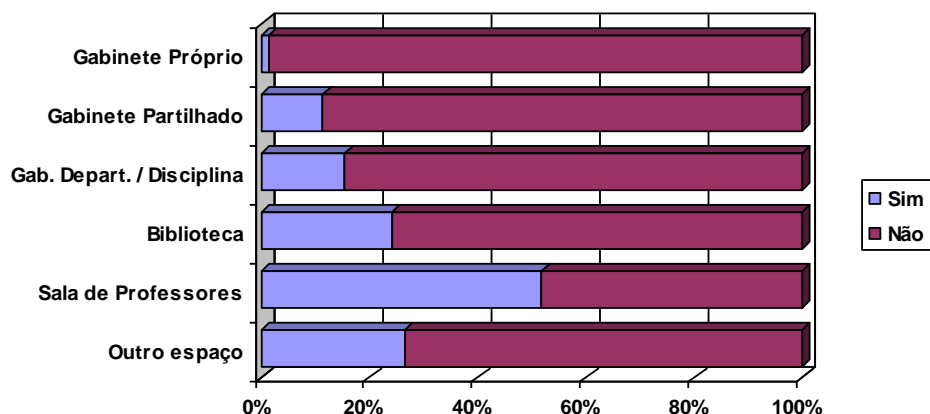
nestes termos, constitui o espaço que é mais frequentemente utilizado pelos docentes com vista à realização de trabalho individual, com 17% dos professores a indicarem-no como o espaço, na escola, que é sempre utilizado (Quadro 41 e Gráfico 12).

**Quadro 40**  
**Espaços, na escola, onde os docentes desenvolvem Trabalho Individual**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	Respostas SIM			Respostas NÃO (*)		TOTAL	
	Nº	% (linha)	% (coluna)	Nº	%	Nº	%
Gabinete Próprio	45	1%	1%	3 057	99%	3 102	100%
Gabinete Partilhado	352	11%	9%	2 750	89%	3 102	100%
Gabinete de Departamento / Disciplina	482	16%	12%	2 620	84%	3 102	100%
Biblioteca	746	24%	18%	2 356	76%	3 102	100%
Sala de Professores	1 611	52%	40%	1 491	48%	3 102	100%
Outro espaço	825	27%	20%	2 277	73%	3 102	100%
<b>TOTAL</b>	<b>4 061</b>	<b>22%</b>	<b>100%</b>	<b>14 551</b>	<b>78%</b>	<b>18 612</b>	<b>100%</b>

(\*) Inclui as situações de não resposta e as respostas "Não" e "Não se aplica".

**Gráfico 11**  
**Espaços, na escola, onde os docentes desenvolvem Trabalho Individual**  
(Inquérito a Docentes 2008)



A avaliação global dos professores relativamente às condições oferecidas pelos diferentes espaços é contudo muito desfavorável e expressivamente ilustrativa da sua desadequação, física ou funcional, para o desenvolvimento de trabalho individual, como a preparação de aulas ou a correcção de provas. Como evidencia o Quadro 42 e o Gráfico 13, cerca de 66% dos docentes considera como medíocres (18%), muito insuficientes (16%) e insuficientes (32%) as condições oferecidas pelos diferentes espaços escolares para a realização de trabalho individual. Quanto a avaliações positivas em relação às condições desses mesmos espaços, apenas a categoria "Satisfatórias" é relevante (24%).

Face ao défice observado nas condições existentes para desenvolvimento de trabalho individual na escola (cujas expressões qualitativas se encontra bem documentada no capítulo seguinte), torna-se



evidente como as recentes medidas - tendentes a uma maior permanência dos docentes nos seus estabelecimentos de ensino - foram tomadas sem uma verdadeira consciência da realidade das escolas portuguesas. Fundando-se numa desconfiança generalizada sobre os docentes, o Ministério da Educação forçou a sua presença a “tempo inteiro” na escola, sem cuidar de avaliar da existência das condições necessárias à realização de trabalho individual.

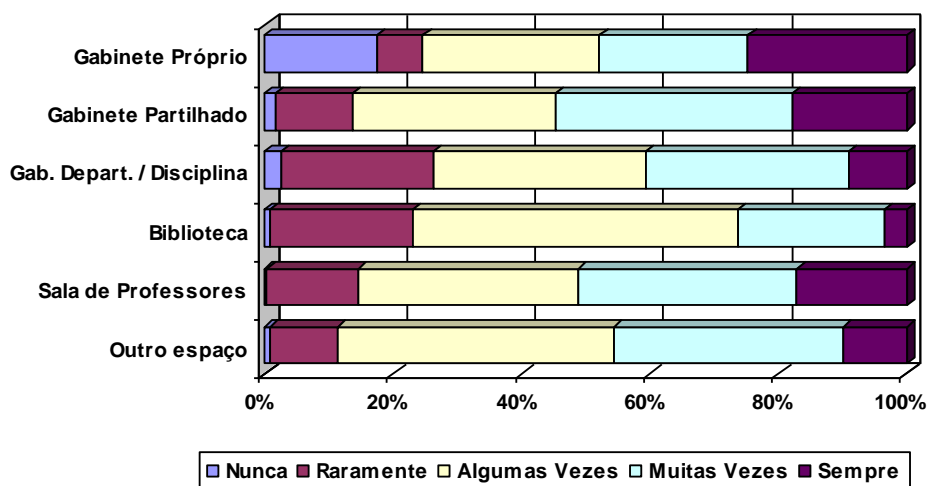
**Quadro 41**  
**Frequência com que os docentes desenvolvem Trabalho Individual na escola,**  
**segundo o Tipo de Espaços de que dispõem**

(Inquérito a Docentes 2008)

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre	TOTAL
Gabinete Próprio	17%	7%	28%	23%	25%	100%
Gabinete Partilhado	2%	12%	32%	37%	18%	100%
Gabinete de Departamento / Disciplina	2%	24%	33%	32%	9%	100%
Biblioteca	1%	22%	51%	23%	3%	100%
Sala de Professores	0%	14%	34%	34%	17%	100%
Outro espaço	1%	11%	43%	36%	10%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>1%</b>	<b>16%</b>	<b>39%</b>	<b>32%</b>	<b>12%</b>	<b>100%</b>

**Gráfico 12**  
**Frequência com que os docentes desenvolvem Trabalho Individual na escola,**  
**segundo o Tipo de Espaços de que dispõem**

(Inquérito a Docentes 2008)



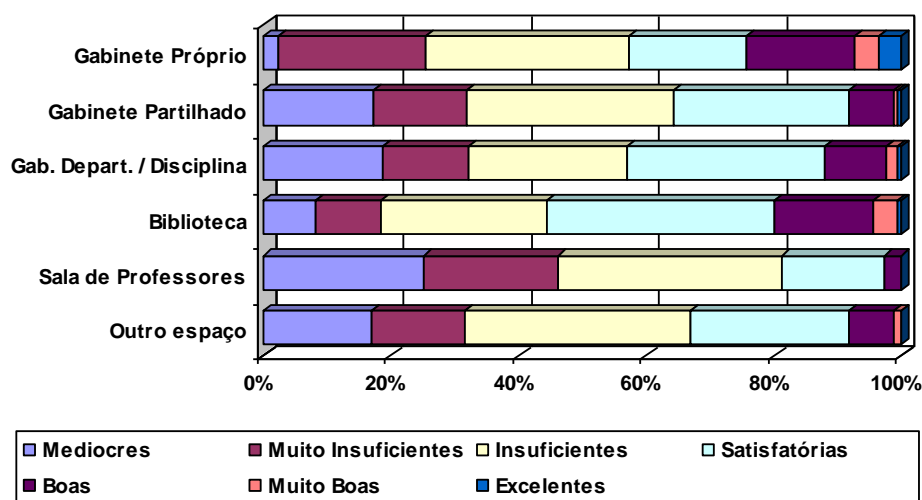
Ou seja, a “escola a tempo inteiro” constituiu essencialmente uma resposta à necessidade de gestão do quotidiano das famílias, bem como um meio a que o Ministério da Educação recorreu para denegrir a classe docente junto da opinião pública, pois finalmente - segundo o Ministério - os professores seriam obrigados a permanecer efectivamente no seu “local de trabalho”. Proceder a uma análise prévia das condições para o desenvolvimento de actividade individual nas escolas, ou criar e melhorar previamente essas condições - de modo a não prejudicar a actividade docente e a qualidade dos

processos de ensino e aprendizagem - parece ter sido uma questão que o Ministério da Educação decidiu, pura e simplesmente, ignorar.

**Quadro 42**  
**Avaliação das condições para realizar trabalho individual na escola,**  
**segundo o tipo de espaços**  
(Inquérito a Docentes 2008)

	Mediocras	Muito Insufic.	Insuficientes	Satisfatórias	Boas	Muito Boas	Excelentes	TOTAL
Gabinete Próprio	2%	23%	32%	18%	17%	4%	4%	100%
Gabinete Partilhado	17%	15%	32%	27%	7%	0%	1%	100%
Gab. de Departamento / Disciplina	19%	13%	25%	31%	10%	2%	1%	100%
Biblioteca	8%	10%	26%	35%	15%	4%	1%	100%
Sala de Professores	25%	21%	35%	16%	2%	0%	0%	100%
Outro espaço	17%	14%	35%	25%	7%	1%	0%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>18%</b>	<b>16%</b>	<b>32%</b>	<b>24%</b>	<b>8%</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>

**Gráfico 13**  
**Avaliação das condições para realizar trabalho individual na escola,**  
**segundo o tipo de espaços**  
(Inquérito a Docentes 2008)



O resultado desta opção tornou-se contudo evidente: perante a falta das condições necessárias à realização de um trabalho individual de qualidade, na escola, o tempo de trabalho dos professores em suas casas tornou-se ainda mais imprescindível, duplicando assim a já elevada dedicação à escola, dentro e fora das suas fronteiras. Mais, ao aumentar o tempo diurno de permanência na escola, foi sobretudo o tempo nocturno que - em casa -, teve que ser sacrificado. Para além da clara contradição entre estas medidas, que ignoram a realidade material necessária à sua implementação, e os discursos de conciliação entre a vida profissional e familiar, torna-se compreensível por que razão os educadores e docentes se encontram desmotivados e denotam um profundo sentimento de injustiça.

## **5. A voz de quem ensina: testemunhos**

Para além do apuramento de dados sobre o trabalho atribuído aos docentes, e da informação relativa à natureza das actividades e tempos que lhes estão afectos, o questionário procurou igualmente recolher informação sobre o modo como os educadores e professores encaram o seu quotidiano, a escola e as condições de exercício da actividade docente. Os excertos que se apresentam neste capítulo resultam de uma selecção realizada entre os inúmeros testemunhos que acompanharam de forma espontânea as respostas, substanciando desse modo a dimensão mais qualitativa da caracterização das condições de ensino e aprendizagem.

A organização dos testemunhos procura identificar as questões mais relevantes e frequentemente referidas pelos educadores e professores. Entre elas, sublinhe-se a desvalorização do estatuto social e profissional, a crescente precariedade laboral, a sobrecarga horária, a desmesurada burocratização do trabalho docente ou a ausência de condições de trabalho de preparação lectiva no espaço escolar, problemas massivamente referidos. Acresce, a esses relatos, o desabafo que denuncia a profunda desmotivação hoje sentida pelos professores, que ajuda certamente a compreender as razões que levam, muitos deles, a abandonar o ensino ou a solicitar antecipadamente a reforma.

### **5.1- Desvalorização do estatuto profissional, instabilidade e precariedade**

As recentes alterações ao Estatuto da Carreira Docente, sobretudo no tocante à criação da figura do professor titular e à implementação do novo sistema de avaliação, constituem os aspectos mais referidos pelos professores quanto à degradação acentuada do seu estatuto profissional, que vêm assim juntar-se ao discurso de suspeição e desvalorização, insistentemente veiculado pela tutela, junto da opinião pública, sobretudo no início da presente legislatura.

*“O meu é um caso paradigmático de alguém que já deveria estar no 10º escalão e que apesar de ter desempenhado todos os cargos na escola, não obteve pontos para titular e passou, na lista graduada, do 1º para o 5º lugar. Fui ultrapassado por colegas do 8º escalão com apenas 17 anos de ensino.”*

**Professor, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 50 anos**

*“Apesar de ter sido coordenadora de departamento, coordenadora de área disciplinar, responsável pelo material e instalações (durante 6 anos e meio - de 2001 a 2007), não pude concorrer a titular (tinha mais pontos que qualquer dos colegas que ficaram!), pois estou congelada no 7º escalão há 4 anos e o concurso era só para professores a partir do 8º escalão. Justo???”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 43 anos**

*“Na escola em que lecciono, porque só abriu uma vaga, fiquei de fora, ou seja não sou titular. Parece que tenho que fazer uma prova pública... IRONIA: depois da licenciatura em Coimbra, do estágio pedagógico, fiz uma Pós-Graduação pelo ISCE, um Mestrado pela Católica e sou doutoranda da Universidade do Minho... E sou formadora creditada pelo Conselho Científico de Formação Contínua de Professores nas áreas de Didáctica da História; Ensino Especial e Administração e Organização Escolar... Querem mais IRONIA???”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 49 anos**

*“No concurso de acesso a titular só houve duas vagas para o meu departamento e fiquei em 3º lugar. Com a minha pontuação seria titular em qualquer outro departamento. Isso prova as injustiças dos critérios usados para a selecção.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 44 anos**

*“Não passei a professora titular porque tive problemas de saúde graves e seguidos. Era a melhor classificada do meu Departamento e com mais habilitações, mas a que teve problemas de saúde graves: um problema de infertilidade que se arrastou por quatro anos, uma gravidez de risco e um problema oncológico.”*

**Professora, Ensino Secundário, 43 anos**

*“Não pude aceder à categoria de titular por ter sido vítima de acidente de viação em 2000 e ter sofrido hemorragia interna grave e choque pós-traumático, que me obrigou a períodos de baixa nos anos seguintes, superiores aos regulamentados no concurso. Fiz uma exposição/requerimento à DREN na altura do concurso para titular, da qual não obtive resposta.”*

**Professor, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 38 anos**

*“É preciso erradicar das escolas toda a avaliação de pares por pares, se essa avaliação tiver como finalidade a progressão de carreira! A avaliação para esse efeito deve em absoluto ser efectuada com equidade e deve ser externa. A avaliação interna, hetero e auto, é muito útil, eficaz e saudável mas não deve ter efeitos de progressão de carreira.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 47 anos**

*“Não sou titular porque apesar de ter 104 pontos não havia vagas na minha escola. Sei que há casos de professores que são titulares com apenas 30 e poucos pontos. O ECD é uma vergonha e esta avaliação aos professores é mais uma humilhação.”*

**Professora, Ensino Secundário, 44 anos**

As situações de precariedade contratual sucessiva, em muitos casos por verificadas ano após ano, são referidas por muitos docentes. A instabilidade que decorre de formas de contratação precárias, associa-se em muitos casos a baixas remunerações e a uma constante mudança de escola, com todas as implicações pessoais e familiares daí advindas (em consequência da necessidade de mudar de local de residência ou de percorrer diariamente a distância que separa o domicílio do local de trabalho).

*“Tenho 17 anos de serviço, sou profissionalizada. O Ministério realiza comigo contratos sucessivos há 17 anos e por incrível que pareça aufero um salário inferior a alunos meus do ensino nocturno.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 51 anos**

*“Já assinei 13 contratos anuais, sempre até 31 de Agosto. Nunca fiz uma substituição. Ou seja, tenho sido necessária e sei que vou continuar a sê-lo, mas duvido que entre para a*

*carreira nos próximos anos... E mais, segundo a lei em vigor, parece que terei de prestar ainda mais provas para poder ingressar na carreira. Passam assim um atestado de incompetência à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde fiz a licenciatura científica (4 anos) e a licenciatura no ramo de ensino (mais 2 anos)."*

**Professora, Ensino Profissional, 32 anos**

*"O tempo de serviço efectivo corresponde a sete anos. No entanto, sou contratada do Ministério da Educação há 10 (dez) anos, tendo sempre leccionado em escolas públicas."*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 31 anos**

*"Tenho realizado sucessivamente todos os anos contratos a prazo de 1 ano e continuo como contratado, embora seja profissionalizado. No sector privado já há muitos anos que era professor do quadro. Muitos professores estão na mesma situação. O Estado tem poupado muito dinheiro à custa do empobrecimento destes professores, dado que actualmente estaria a receber mais 700 euros do que actualmente recebo."*

**Professor, Ensino Secundário, 46 anos**

*"Trabalho como professora do 1º ciclo há apenas 4 anos, mas pude ver a qualidade das minhas condições de trabalho a decair acentuadamente. Para além da aproximação dos contratos ao regime precário dos recibos verdes, perdendo direito à ADSE e, para alguns, à extensão do contrato até 31 de Agosto. Não somos nunca colocados no início de Setembro e apenas depois de as aulas terem começado (impossibilitando a preparação do ano lectivo)."*

**Professora, Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 32 anos**

*"Devo referir que me desloco, sozinha e à minha custa, em automóvel particular, pois não há transporte público, cerca de 190 km por dia, demorando aproximadamente uma hora e meia em cada deslocação."*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 28 anos**

*"Que alguém se lembrasse que também somos pais, por isso, de termos direito a acompanhar os nossos filhos, indo às reuniões deles sem ser necessário tirar um dia de férias sempre que é necessário fazê-lo. Que alguém se lembrasse que, quando andamos de terra em terra, todos os anos (eu faço-o há 10 anos) os nossos filhos mudam tantas vezes quantas as escolas em que somos colocados (o meu já mudou 10 vezes). Que alguém se lembrasse que, é anti-pedagógico, andar com uma criança a mudar, constantemente de escola, de terra, de região, de casa, de amigos... Que alguém se lembrasse que em 48h não é fácil sair de uma zona, por ex., Lisboa, ir para Trás-os-Montes, arranjar casa, levar roupa, etc."*

**Professora, Ensino Secundário, 49 anos**

*"Gostava de deixar bem claro que faço 3 horas diárias de carro para ir trabalhar e que não temos condições para trabalhar nas escolas."*

**Professora, Ensino Secundário, 36 anos**

*"Ao fim destes anos todos, como contratada, chego à conclusão de que é muito desgastante estar todos os anos a conhecer realidades escolares diferentes e não poder desenvolver um trabalho pedagógico (e não só), com maior continuidade."*

**Educadora, Educação Pré-escolar, 41 anos**

*"Como já tive oportunidade de referir, o que mais me aflige em termos pessoais é a incerteza de tudo. Quero estabilidade porque a idade assim o reclama, porque o projecto de vida não se devia resumir apenas ao anual "serviço de emergência/bombeiro" que é o de ir tapar um buraco a algum lado. Tenho vivido coisas muito boas nos seis anos que levo como professor*

*mas creio que já vai sendo tempo de que a necessidade pessoal de sobreponha à colectiva, sendo que, no meu entender, a colectiva também iria beneficiar com a pessoal. Não quero um lugar para a vida. Quero sim a oportunidade de trabalhar num local que me permita aos 30 anos perspectivar mais do que um horizonte de seis meses. Não se entende que estas situações não sejam revistas com honestidade.”*

**Professor, Ensino Profissional, 30 anos**

*“Valorize-se o saber e o respeito. Valorize-se o mercado de trabalho dos licenciados para dar um sinal aos jovens de que vale a pena estudar. Sob pena de daqui a uma ou duas décadas os portugueses serem um povo “amorfo”, sem pensamento nem alma própria. Ou será isso que realmente se quer? (sobretudo quem gosta de subserviências?).”*

**Professor, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 40 anos**

## **5.2- Sobrecarga de trabalho lectivo e desajustamentos da estrutura curricular**

A diversidade de níveis de ensino e de anos de escolaridade, bem como o número significativo de turmas e alunos atribuídos a muitos docentes é recorrentemente referido como um dos principais obstáculos a um ensino de qualidade e ao desejável acompanhamento individualizado dos alunos. Porém, a sobrecarga de trabalho lectivo, e de horas passadas na escola, não compromete apenas as condições necessárias a um adequado exercício da actividade docente, reflectindo-se igualmente num esforço excessivo (e por isso muitas vezes contraproducente), que recai sobre os alunos, sobretudo em resultado da forma como foi instituída e organizada a “escola a tempo inteiro”.

*“Lecciono quatro disciplinas diferentes (Ciências Naturais do 8ºano; Ciências Naturais do 9ºano; Área de projecto do 9ºano; Biologia do 12º ano), para além de leccionar uma aula de apoio semanal a alunos de uma outra turma. (...) Na elaboração de horários, devia ter-se em conta o excesso de níveis diferentes que atribuem a alguns docentes, dado implicar uma sobrecarga e um desgaste físico e mental dificilmente suportável todos os dias, todas as semanas, todos os meses, todo o ano lectivo.”*

**Professor, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 42 anos**

*“Lecciono ao 7º, 8º, 9º e 12º ano e no 9º ano duas disciplinas diferentes. É impossível realizar um bom trabalho em 35 horas semanais, pelo que disponibilizo muitas horas extras para conseguir desenvolver um trabalho minimamente consistente, que não me envergonhe. Considero o aumento, cego, da carga horário dos professores uma sobrecarga desumana e prejudicial que irá afastar muitos bons professores do ensino.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 50 anos**

*“Com 11 turmas, mais de 200 alunos, um horário com cerca de 30 horas semanais de permanência obrigatória na escola (componente lectiva, não lectiva, substituições, reuniões de departamento e conselhos de turma - intercalares e de avaliação), como é possível desenvolver um trabalho com o mínimo de dignidade? Se souberem, por favor digam-me...”*

**Professor, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 26 anos**

*“Lecciono “apenas” 5 turmas, num total de 129 alunos. Em duas dessas turmas lecciono simultaneamente Inglês e Estudo Acompanhado e noutra Inglês e Área de Projecto.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 51 anos**

*“Porque temos de ter turmas com cerca de 30 alunos, quando há professores que noutras zonas (próximas) estão com horário 0? Turmas muito mais pequenas era capaz de solucionar*

*mais do que arranjar esta nova categoria de professor Titular, não? Eu que sempre sonhei ser professora e que adoro dar aulas, estou desmoralizada!!!!*

**Professora, Ensino Secundário, 44 anos**

*"A uma das turmas que lecciono a disciplina de Geografia, também lecciono a área curricular de Área de Projecto. Por esse motivo lecciono a 10 turmas e 217 alunos."*

**Professor, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 49 anos**

*"Sou professora do Terceiro Ciclo e Ensino secundário, mas a Escola em que lecciono também me atribuiu duas turmas do Segundo Ciclo (uma de 5.º ano e outra de 6.º). A estas turmas lecciono Estudo Acompanhado. Dou aula de apoio a uma aluna com NEE (9.º ano), a uma turma de 11 alunos (7.º ano), a uma turma de 11 alunos (7.º ano) e a uma turma (2 alunos), do 9.º ano, em que o Português é Língua Não Materna."*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 39 anos**

*"Temos sempre de trabalhar muitas horas em casa. Tenho demasiadas turmas, 7, com 163 alunos e uma direcção de turma. É uma violência, eu dou tudo de mim, mas isso tem um preço, o cansaço extremo em que me encontro."*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 46 anos**

*"É urgente reduzir o número de alunos por turma. Muitas vezes é impossível conhecer todos os jovens, e ainda nos pedem para fazer um acompanhamento mais individualizado???? Corrigir trabalhos, testes de cerca de 120 alunos, ou 224 alunos, há professores com 8 ou mais turmas; alguns alunos no secundário escrevem/respondem em 6 a 12 páginas!!! Que tempo resta para a preparação de aulas, para criar materiais de trabalho? E os alunos com dificuldades?"*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 38 anos**

*"O tempo que os alunos passam em sala de aula não é humano - das 8.30 até às 17.30 fechados numa sala, mesmo quando falta o professor... É muito triste ver que os nossos filhos, crianças e jovens, passam a maior parte do seu tempo rodeados (controlados) por adultos, sempre em actividade intelectual! Quem aguenta? Onde estão os espaços de socialização, de catarse, de estar sem fazer nada? Não se questiona por que razões aumenta a violência e a indisciplina? Onde está o tempo dedicado à sanidade mental dos nossos filhos? Os pais chegam tarde, na escola estão fechados o dia todo a aprender, sempre a aprender (nada, nestas condições, não há mente que aguente)... Todas as actividades são de esforço intelectual permanente. Quando chegam a casa, outra vez a escola por causa dos trabalhos e da necessidade normal do estudo pessoal de sistematização e interiorização. Depois não se admirem com o insucesso, os humanos não são máquinas."*

**Professora, Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 46 anos**

*"Actualmente, professores e alunos passam muito tempo no espaço escola, a parte social é muito desvalorizada, o que gera os problemas disciplinares. No terceiro ciclo os alunos têm quinze disciplinas! Como podemos desejar sucesso para todos?"*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 38 anos**

*"O professor tem que atender em 45 minutos ou 90 minutos às dificuldades de TODOS os alunos, motivá-los, cumprir com os conteúdos programáticos, individualizar o ensino dentro da sala de aula, dinamizar situações de aprendizagens com recurso a novas tecnologias, dominar as tecnologias... E ainda atender às situações dos alunos sinalizados com determinadas alíneas, consoante a problemática. Agora é tudo isto, MAIS os planos de aula, as grelhas de observação e... 140 KMS por dia. Tirem a vossa própria conclusão."*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 49 anos**

A sobrecarga de trabalho lectivo decorre ainda, como sugerem muitos dos testemunhos, de uma estrutura curricular que se foi tornando cada vez mais complexa e diversificada, dando crescentes sinais de desajustamento e incongruência. A organização das disciplinas, dos tempos lectivos e dos modos de preenchimento dos tempos não lectivos é hoje profundamente questionada, suscitando a necessidade de uma séria reforma curricular, sobretudo ao nível do ensino básico e secundário.

*“Um problema grave no ensino básico é o número reduzido de aulas semanais para as disciplinas fundamentais para prosseguimento de estudos, como por exemplo Físico-Química, Geografia, História, Inglês. A disciplina de FQ é importante em todos os cursos de ciências, engenharia e saúde (os mais procurados pelos alunos). Na minha disciplina e na minha escola, os alunos de 7º e 8º anos têm duas aulas de 45 min (ou uma de 90 min) semanais! No 9º ano têm uma aula de 45 min e mais outra de 90 min por semana! No 10º ano vão ter no total 7 aulas de 45 min por semana! Em compensação reparem no horário dos alunos do 7º e 8º ano: na quantidade de disciplinas e na respectiva carga horária. (...) A Área de Projecto faz mais sentido com alunos de secundário mas deve ser uma disciplina com avaliação quantitativa.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 39 anos**

*“A carga horária é excessiva e o tempo de permanência na escola é também excessivo. (...) Se querem sucesso deveriam reduzir o número de alunos por turma e rever os currículos porque os alunos têm uma carga horária excessiva. Quinze disciplinas são demais e depois eles sabem que podem chumbar a duas e por vezes três, então nem sequer se esforçam. Nunca vi um sistema de ensino tal e por acaso vivi em Inglaterra 13 anos.”*

**Professora, Ensino Secundário, 36 anos**

*“Alerto para um facto extremamente importante que, no meu entender, é uma das principais causas do insucesso dos alunos neste país: o elevado número de disciplinas que os alunos têm em cada ano lectivo, no 3º ciclo, cerca de 15 ou 16. Esta situação dispersa os alunos, impede a continuidade na leccionação, pois os mesmos têm na maioria das disciplinas uma aula por semana e leva a que os professores tenham 8, 9 e mais turmas, de níveis diferentes, muitos alunos, muitos testes diferentes a fazer e a corrigir. O que exige um esforço sobre-humano para dar conta do trabalho e impossibilita um apoio individualizado imprescindível aos alunos com mais dificuldades. Simplesmente não há tempo para diagnosticar as dificuldades e elaborar estratégias específicas para determinado aluno, quando se tem, por exemplo, 200 ou 250 alunos!!”*

**Professor, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 33 anos**

*“Este ano lectivo, dispendo de todas as horas de componente não lectiva em trabalho com alunos, dando aulas de apoio ao 7 e 12º ano, pelo que considero que estou a ser explorada, pois ao estar com alunos estou a ter actividade lectiva. Apenas 2 tempos lectivos estão destinados ao Plano de Acção da Matemática, onde em conjunto com outros colegas preparo actividades para desenvolver com os alunos do 7º ano em estudo acompanhado.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 49 anos**

*“Acho que é absolutamente errado haver aulas de 90 minutos para alunos do Básico. Um suplício para crianças e professores. Não é por acaso que os bons colégios particulares há muito que as abandonaram. Mas sobre estas questões básicas ninguém fala. (...) Alguém já terá reparado na extensão dos currícula? Depois admiram-se com a obesidade, violência, agitação nas aulas... As pobres crianças nem brincar podem... Escola a tempo inteiro? Era importante que se privilegiassem actividades desportivas e lúdicas durante a tarde e não uma sobrecarga de disciplinas teóricas, que os(nos) leva ao desespero.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 43 anos**



*“Não é clara a separação entre actividades lectivas e não lectivas. O Estudo Acompanhado, a Área de Projecto e a Formação Cívica são Áreas Curriculares Não disciplinares que fazem parte da componente lectiva do horário do professor e por isso estão englobadas nas 22h lectivas semanais que constituem o horário do professor.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 40 anos**

*“Acabar de imediato com as aulas de substituição, nos moldes actuais e criar "bolsas" de professores/animadores - como nos países nórdicos! - que preencham os tempos de substituição. Mas estas comparações o ME não faz (não convém). É preciso ocupar as horas de permanência na escola com trabalho útil e efectivo de planificação/preparação colectiva de trabalho pedagógico-didáctico.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 47 anos**

*“Numa das turmas, com alunos de idade compreendida entre os 10 e os 12 anos, dois alunos com idade mental inferior aos restantes, um deles com deficiência psicomotora grave, deveriam estar no ensino especial ou ter o acompanhamento de um técnico do ensino especial. Esse acompanhamento, pedido no início do ano lectivo, não existe ainda no terceiro período.”*

**Professor, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 59 anos**

*“O ensino que se faz nas actividades extra-curriculares, do primeiro ciclo, nomeadamente ao nível da música, não passa de uma manobra de "show off". Estas actividades são realizadas sem um mínimo de condições e por pessoas que na maioria dos casos não têm formação para tal. Se me permitem a expressão trata-se de uma palhaçada de mau gosto. Na maior parte dos casos não se aprende rigorosamente nada!”*

**Professor, Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 39 anos**

### **5.3- Multiplicidade de cargos e tarefas, excesso de burocracia e de reuniões**

Tanto a diversificação das funções da escola, decorrente do alargamento progressivo da missão que lhe é socialmente conferida, como a tendência para a complexificação de processos, são dois dos principais factores associados ao incremento do tempo dispendido por docentes em actividades não lectivas. Estas mudanças, contudo, assumem um impacto redobrado no quotidiano dos professores, decorrente da redução que tem vindo a verificar-se ao nível dos recursos humanos, docentes e não docentes, que obriga à realização de um conjunto cada vez mais diversificado de cargos e tarefas burocráticas.

*“O professor deveria ser considerado, antes de tudo como o profissional que tem uma sala de aula com alunos para ensinar. Muitas vezes esta situação passa para segundo plano devido às formalidades e hierarquias que nos obrigam a preparar papeladas, que nem deveriam ser da nossa competência. Não fomos formados para preencher mapas de cantina, fazer ofícios, atender telefonemas... E tudo o mais inerente à vida da escola. Somos obrigados a fazer tudo isso, dentro e fora do horário lectivo. Quase não há horários para voltarmos para casa e, quando voltamos, continuamos a trabalhar para a escola.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 30 anos**

*“Este ano, com a avalanche de despachos, decretos e circulares com que o ministério nos tem brindado, o trabalho de "partir pedra" é deixado às escolas. O departamento tem reunido de duas em duas semanas e cada reunião tem durado cerca de 3h.”*

**Professora, Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 42 anos**

*“Este estatuto veio pôr a tónica na burocracia (planos de recuperação, planos de acompanhamento, planos educativos individuais, testes de recuperação, participações, relatórios, avaliações extraordinárias, convocatórias, grelhas de avaliação, etc.). Tudo isto o professor tem de fazer, pelo que lhe falta tempo para a actividade de preparar aulas e ser criativo, pois para tal necessita de paz de espírito.”*

**Professor, Ensino Secundário, 47 anos**

*“O tempo atribuído à Direcção de Turma é muito reduzido. O Director de Turma faz muitas coisas. Realiza tarefas que deveriam ser outras estruturas da escola a fazer. Antes, os serviços administrativos preparavam os cartões de estudante e faziam as matrículas. Hoje são os professores. Antes, os auxiliares da acção educativa faziam a abertura do livro de ponto. Hoje são os professores. São só alguns exemplos. Os professores estão de tal forma sobrecarregados com situações acessórias, que o essencial se perde: o trabalho com e para os seus alunos.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 34 anos**

*“No 1ºciclo tudo é feito por todos, desde trabalho de arquivo até resposta a ofícios. É difícil, mas garanto que em tudo o tempo dispendido é bastante, retirado da hora de almoço e por vezes após o horário lectivo. Duas horas diárias para tudo é completamente insuficiente.”*

**Professora, Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 35 anos**

*“Desburocratizar radicalmente todos os processos, nomeadamente a avaliação dos alunos, que tem documentos completamente absurdos (se Kafka fosse vivo, ficava boquiaberto). É preciso instalar a reflexão e o debate sobre o que é verdadeiramente importante: como instituir uma relação proveitosa entre professores e alunos que permita a estes adquirir competências e conhecimento que os forme e informe para que possam ser felizes (às vezes) e bons cidadãos (sempre), logo pessoas decentes.”*

**Professor, Ensino Secundário, 32 anos**

*“Sou coordenadora do estabelecimento (contra a minha vontade) que tem 6 educadoras + 135 crianças + serviço de almoço + prolongamento de horário + 9 tarefeiras (trabalho precário, vencimento de vergonha) + 3 auxiliares de acção educativa + componente de apoio à família. Gerir tudo isto? Como fica o trabalho com as minhas 20 crianças? PREJUDICADO! É trabalho a mais para uma educadora, que quer fazer mais e melhor pelas suas crianças e não com a organização de tudo o que uma estrutura destas engloba. Deixem-me ser EDUCADORA!”*

**Educadora, Educação Pré-escolar, 51 anos**

*“Temos reuniões de grupo, de departamento, gerais de professores, as extraordinárias, ocasionalmente, quando os assuntos assim o exigem e ainda as de avaliação. Podem ainda ocorrer reuniões de turma disciplinares se existirem motivos para tal. O professor tem ainda de entrar em projectos extra-curriculares seus ou do grupo a que pertence. Preparar e levar a cabo visitas de estudo, com toda a responsabilidade que estas acarretam. Fazer actas, escolher manuais escolares, fazer inventários dos materiais do grupo/disciplina. Tenho ainda de preparar os trabalhos laboratoriais, antes da aula começar e ficar a lavar o material e a arrumá-lo depois da aula terminada. Terminadas as aulas, no final do ano lectivo, vem a época dos exames nacionais e de equivalência à frequência e chegam então as vigilâncias e as coadjuvâncias. Terminados os exames vem o período dos termos. O horário das 27 horas aplica-se apenas às 20 horas lectivas mais duas de substituição e cinco de outras actividades de apoio a alunos. Tudo o que foi mencionado e para além disso são horas extras de trabalho do professor dispendidas em prol da escola.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 51 anos**

*“No primeiro ciclo as únicas horas definidas para a componente não lectiva são 2 semanais para “Apoio ao Estudo”, integrado no pacote AEC. Apenas me sobram 8 horas para todas as*

*outras actividades: coordenação de estabelecimento, coordenação de ano, coordenação dos coordenadores de ano, participação no Conselho Pedagógico, participação nas reuniões de núcleo, participação na formação do plano nacional de matemática, atendimento aos pais, preparação de aulas... Também eu gostava de saber qual é o meu horário!!!*

**Professora, Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 49 anos**

*“O número de horas previstas e creditadas no meu horário, por exemplo, para reuniões é de 3; na realidade, como lecciono 7 turmas, sou director de turma, faço parte da Assembleia de Escola, dirijo um Clube de Robótica, estou a desenvolver o projecto de instalação de uma estação meteorológica e, como se não bastasse, já fui nomeado instrutor de vários processos disciplinares, ajuizem da carga horária semanal a que estou sujeito... Ah, é verdade, supostamente, também deveria ter vida própria...”*

**Professor, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 37 anos**

*“Atenção isto é a realidade! Com 8 turmas de 3 níveis diferentes + 1 turma de Área de Projecto + Jornal da escola + Clube do Jornalismo + Presidente da Assembleia de Agrupamento + actividades do plano anual de actividades, eu utilizo 6 horas de furos na escola para trabalhar (trabalho individual), enquanto espero pelas aulas e, seguramente 2 horas em casa todos os dias úteis, às quais se acrescem 8 horas ao Sábado. Repito: 8 horas ao Sábado. Nesta altura ando esgotado!”*

**Professor, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 33 anos**

*“Fui eleita entre os colegas do meu conselho de docentes como coordenadora, como tal faço parte do conselho pedagógico que reúne todas as 2<sup>o</sup> terças-feiras de cada mês, reúno com todos as 3<sup>a</sup> quartas-feiras de cada mês e como coordenadora do conselho de docentes todas as 4<sup>a</sup> quartas-feiras de cada mês com todos os coordenadores. Além de tudo isto fui eleita pela maioria dos docentes do concelho para fazer parte do grupo de avaliação de desempenho dos professores. E aquilo que mais gosto de fazer é estar com os meus alunos.”*

**Professora, Ensino Secundário, 45 anos**

Para além do significativo número de cargos que os docentes são chamados a desempenhar, bem como da crescente burocracia que caracteriza a generalidade dos processos (muitos dos quais em que o conteúdo funcional recomendaria o reforço de recursos humanos de apoio), os professores denunciam a existência de um número excessivo de reuniões, que ultrapassam claramente o tempo inicialmente atribuído e que tendem a prejudicar a actividade lectiva propriamente dita.

*“Toda a comunidade escolar tenta dar o seu melhor. Poucos se apercebem das horas que se passam na escola em reuniões e do trabalho feito em casa à noite e fins-de-semana. As reuniões são sempre depois das 18h30. Muitas vezes ocupam-se os três turnos.”*

**Professora, Ensino Profissional, 28 anos**

*“Tenho semanas com reunião à terça, quarta e quinta. Nestes dias saio de casa às sete e quinze e regresso às vinte e duas horas e às vezes mais tarde.”*

**Professor, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 43 anos**

*“As direcções de turma dos cursos profissionais implicam uma profusão de tarefas impossível de contabilizar. Quando as reuniões deveriam ser uma vez por mês, quinzenais ou semanais acabam todas por ser semanais, com o tempo dispendido a exceder quase sempre as duas horas. Se as horas em reuniões previstas na sua totalidade (mensais, quinzenais e semanais) eram de 8 horas por mês a realidade é que no cômputo final chegam a ser 18 horas por mês.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 47 anos**

*“De salientar que as reuniões excedem sempre os horários propostos e que muitas das actividades (programações, fichas de avaliação mensal, trimestral, final...), que supostamente deveriam ser realizadas durante o tempo em que decorre a referida reunião, são sempre executadas em horários combinados em dias e horas em que não estejamos ocupadas com outras actividades.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 51 anos**

*“Atribuem-me duas horas para reuniões, mas há semanas em que tenho reunião de departamento e dois ou três conselhos de turma, que perfazem cerca de 5/6 horas!!!”*

**Professor, Ensino Secundário, 48 anos**

*“Em nenhum momento se contabiliza todo o trabalho que temos em casa e muito menos as centenas de horas que nos são imputadas para reuniões da mais variada natureza (departamento, grupo disciplinar, provas de aferição, gerais, conselhos de turma, processos disciplinares, planificação de aulas e de actividades, etc.), bem como o tempo e trabalho que se destina às acções de formação que somos obrigados a efectuar e que futuramente terão de ser pagas pelos professores sem receber qualquer ajuda para o efeito.”*

**Professora, Ensino Secundário, 41 anos**

#### **5.4- Degradação e insuficiência das instalações, desadequação e sobreocupação de espaços**

As condições do exercício da actividade docente, ao nível das infra-estruturas e instalações, são em muitos casos deficientes, como demonstram testemunhos relativos a situações de degradação, de desconforto ambiental e inclusive os relativos à inexistência de espaços adequados a determinados serviços escolares e funções específicas.

*“Esta escola tem fracas condições, nomeadamente instalações sanitárias. Acresce que, não havendo cantina, as crianças (de 3, 4 e 5 anos), têm de percorrer a pé mais de cem metros, pela estrada, com trânsito e sem passeios, até à cantina, em quaisquer condições atmosféricas!”*

**Professora, Educação Pré-Escolar, 56 anos**

*“A escola, com 150 anos de idade, tem uma sala, com cerca de 50m<sup>2</sup>, para 8 departamentos, com 1 secretária e um computador por departamento e uma impressora para todos. (...) Como orientadora de estágio, não tenho sequer um cubículo onde reunir com os meus estagiários. No Inverno, o frio é muito e, no Verão, o calor insuportável. As aulas do secundário têm lugar num pavilhão pré-fabricado que ultrapassou há vinte anos o prazo de validade.”*

**Professora, Primeiro Ciclo Ensino Básico, 42 anos**

*“Estou a leccionar a disciplina de Educação Física... Sem pavilhão desportivo. Quando chove: NÃO HÁ... Imaginem a situação do Professor...”*

**Professor, Segundo Ciclo Ensino Básico, 48 anos**

*“Dado que a escola não dispõe de laboratórios, mesmo que rudimentares, a actividade experimental está muito comprometida. Limitamo-nos a pequenas experiências de carácter demonstrativo. A preparação de aulas é feita num minúsculo gabinete onde se guardam os equipamentos e material de vidro e onde podemos dispor de uma mesa (igual à dos alunos na sala de aula) que é muitas vezes utilizada por 5 professores em simultâneo.”*

**Professora, Primeiro Ciclo Ensino Básico, 36 anos**

*“Todas as instalações das escolas são em geral muito fracas. As condições acústicas são péssimas, dificultando muito o nosso trabalho e a nossa saúde. Querem colocar 1 computador por cada 2 alunos quando nem temos fio terra, quando chove nas salas, quando não podemos utilizar os lavatórios porque a canalização está deteriorada. Querem obrigar os condomínios a fazer obras de 8 em 8 anos. A minha escola tem 30 e nada feito. Apenas uma leve pintura para disfarçar o que vai por dentro.”*

**Professor, Segundo Ciclo Ensino Básico, 39 anos**

*“Era importante apurar sobre as condições materiais das nossas escolas. Chove dentro de muitas, o frio no Inverno é insuportável em muitas mais (como na minha), não havendo conforto algum para trabalhar! (...) Nas escolas há falta de espaços privados ou semi-privados para se trabalhar. Mais de um terço do trabalho do professor é feito em casa, muitas vezes à noite, pois é quando têm sossego.”*

**Professora, Terceiro Ciclo Ensino Básico, 40 anos**

Face à insuficiência ao nível das infra-estruturas, a gestão das instalações obriga em muitos casos a ocupar espaços manifestamente desadequados para as actividades que neles se desenvolvem. Com efeito, sendo concedida prioridade à criação de salas de aula, é sobretudo ao nível das instalações destinadas a trabalho docente, trabalho de grupo e espaços para a recepção de pais que essa desadequação se revela mais pronunciada.

*“Na escola todos os espaços estão ocupados com aulas, mesmo a biblioteca escolar. As salas de departamento também têm aulas. Só na sala de professores não há aulas. Para mais de 100 professores temos uma sala com cerca de 35 m<sup>2</sup>.”*

**Professora, Segundo Ciclo Ensino Básico, 46 anos**

*“A sala de departamento é uma pequena arrecadação com ligação a uma sala de aula. Boa para acompanhar as matérias leccionadas ao lado. Só o trabalho relativo a cargos é realizado na sala de directores de turma, onde estes recebem pais e fazem o trabalho administrativo, tendo 3 computadores para lançar faltas, contactar pais, mais 1 computador que não aceita pen nem permite aceder às turmas. “Um choque tecnológico”.”*

**Professora, Terceiro Ciclo Ensino Básico, 51 anos**

*“Na nossa escola não existe nem uma verdadeira sala de professores, nem gabinetes de trabalho, nem, enfim, existem espaços dedicados ao trabalho do professor. As salas estão todas ocupadas com aulas e Apoios. O Conselho Executivo tenta arranjar espaços, sempre provisórios, mas sempre com muito boa vontade, são espaços exíguos e com pouco material informático.”*

**Professora, Ensino Secundário, 40 anos**

*“A direcção da escola faz o que pode e já teve de recorrer às arrecadações para criar o gabinete dos directores de turma, reprografia, Terapia da Fala, Língua Gestual Portuguesa etc. Existe apenas uma sala de trabalho com um espaço reduzido.”*

**Professor, Ensino Secundário, 54 anos**

*“Os alunos têm aulas na cantina. Temos a nosso material da disciplina “espalhado” pelas arrecadações e alguns armários da escola. A sala de professores é minúscula e se pretendêssemos sentar-nos todos não teríamos cadeiras para o fazer... Nem mesas para trabalhar... Nem condições para pensar...”*

**Professora, Terceiro Ciclo Ensino Básico, 39 anos**

*“Na situação actual, não tenho sequer sala de trabalho, partilho a sala com o Serviço de Psicologia que tem um horário de 25 horas, no mesmo horário do Ensino especial. Como ambos os trabalhos necessitam de espaço e sigilo, tenho de dar apoio aos alunos numa sala de primeiros socorros, sem quaisquer condições, transportando todo o material necessário e o meu computador pessoal. Durante todo o 2.º período, até a minha impressora foi usada, com tinteiros e papel pagos por mim.”*

**Professora, Segundo Ciclo Ensino Básico, 53 anos**

*“A minha escola trabalha em regime duplo e a única sala vazia é a Biblioteca, que é simultaneamente sala de gestão comportamental, sala de apoio ao estudo e centro de recursos. Como é de calcular as condições de trabalho são impossíveis.”*

**Professora, Primeiro Ciclo Ensino Básico, 36 anos**

*“A maior parte do tempo trabalha-se (os professores do grupo) neste espaço que é o das antecâmaras dos laboratórios de Química e Física. Quando há aulas práticas não é possível aí trabalhar já que os alunos circulam livremente nesse espaço. Não são gabinetes, é um espaço onde se pode ter algum sossego para trabalhar.”*

**Professora, Ensino Secundário, 40 anos**

*“As escolas não possuem outros espaços de trabalho além da sala de professores, biblioteca. Às vezes os Encarregados de Educação são atendidos em sala de aula, em corredores ou no polivalente (espaço coberto destinado aos alunos)...”*

**Professora, Segundo Ciclo Ensino Básico, 40 anos**

*“O gabinete de directores de turma é um espaço exíguo onde estão 3 mesas para atendimento, e 1 computador (numa escola de cerca de 1250 alunos e outros tantos encarregados de educação). Não há pois condições para atender com a privacidade desejada os EE's, que muitas vezes não falam abertamente por não haver condições físicas para tal.”*

**Professora, Terceiro Ciclo Ensino Básico, 42 anos**

*“Após o horário lectivo a sala da turma é ocupada com ATL, o gabinete de docentes com terapia da fala, apoio educativo, reuniões, etc. A sala de professores é em simultâneo a biblioteca e é ocupada pelo estudo acompanhado e por apoio educativo do 1º ciclo. A sala polivalente do Jardim-de-infância é ocupada com ATL, o refeitório é ocupado por aulas de música e estudo acompanhado, o ginásio é ocupado com actividades extra-curriculares e por vezes estudo acompanhado e aulas de música. Resta o recreio, onde os alunos se encontram na maioria do tempo entregues a si próprios, por falta de pessoal auxiliar... Creio que o retrato está traçado.”*

**Educadora, Educação Pré-escolar, 40 anos**

*“A Escola NÃO TEM gabinetes próprios senão para os Directores de Turma, e mesmo assim, os pais são recebidos em péssimas condições (uma sala tem 3 mesas e outra 2), sem qualquer privacidade. Os computadores onde os professores trabalham, lançam faltas e notas estão nessas salas. Não é possível trabalhar na escola com o mínimo de sossego: barulho, telefones, interrupções várias e constantes.”*

**Professora, Segundo Ciclo Ensino Básico, 61 anos**

*“O trabalho na escola não rende nada, estamos sempre a ser interrompidos e raríssimas vezes temos sossego para trabalhar concentrados. A nossa escola era uma escola "modelo" e, agora, estamos a dar algumas aulas em antigas "salas de arrumos". Somos obrigados a acomodar as turmas que o Ministério quer (independentemente de termos espaço ou não para elas).”*

**Professora, Ensino Secundário, 57 anos**

Os testemunhos enviados pelos docentes dão conta portanto de inúmeras situações de sobrelotação, tanto em termos funcionais como humanos, o que dificulta de modo muito significativo não só a qualidade do trabalho docente individual, mas igualmente a capacidade de organização de outros espaços.

*“A escola tem uma sala de departamentos com 6 mesas, 6 computadores e uma impressora para todos os docentes (cerca de 200 docentes). A sala terá 20 m<sup>2</sup> (5 x 4).”*

**Professor, Ensino Secundário, 54 anos**

*“A escola está superlotada. Deixou de haver gabinetes para trabalho dos professores pois são usados para aulas de apoio, para alunos NEE, para o Centro de Recursos da Matemática. A escola foi projectada para 450 alunos e tem cerca de 740.”*

**Professora, Segundo Ciclo Ensino Básico, 53 anos**

*“As escolas estão totalmente preenchidas. A nossa escola é uma T30 ou seja deveria ter 30 Turmas e tem por ordem do ministério da educação 35 Turmas e todas na ordem de 26, 27, ou 28 alunos. É impensável trabalhar na escola com condições. Todas as salas estão ocupadas nos dois turnos, e para além disso o barulho dos alunos nos intervalos prejudica a concentração nos trabalhos dos professores.”*

**Professora, Segundo Ciclo Ensino Básico, 53 anos**

*“Não existem gabinetes individuais/partilhados. O mais parecido são salas de Directores de Turma onde se recebem os Pais e nestes casos temos de sair da sala. Na biblioteca não há espaço separado para professores, quem trabalha lá tem de o fazer à frente dos alunos. Algumas salas não conseguem ter cobertura da rede sem fios. Na sala de professores só há mesa para cerca de 16/18 pessoas trabalharem muito apertadas.”*

**Professora, Terceiro Ciclo Ensino Básico, 37 anos**

#### **5.5- Escassez de Auxiliares de Acção Educativa e falta de meios e recursos de apoio necessários à preparação das actividades lectivas**

Para além das limitações decorrentes da sobrelotação, insuficiência e desadequação das instalações, são igualmente referidos problemas em matéria de acesso a meios e recursos de suporte das actividades lectivas (desde a escassez de fotocopiadoras e material de secretaria até às novas tecnologias da informação e comunicação), bem como as constrições, ao desejável funcionamento dos estabelecimentos de ensino, que resultam da falta de Auxiliares de Acção Educativa.

*“O Jardim-de-infância tem 2 salas com o total de 45 alunos, entre eles um com necessidades educativas especiais apenas 1 auxiliar de acção educativa (AAE). Se falta uma educadora ou a auxiliar, os 45 alunos ficam com dois adultos apenas. Tarefas como a simples ida ao wc requerem acompanhamento individual. Que fazer neste caso? Deixar a turma sozinha para acompanhar 1 aluno? Impedir a criança de ir ao wc porque os restantes 24 não podem ficar sozinhos? Abstenho-me de referir situações mais delicadas como por exemplo um eventual acidente.”*

**Educador, Educação Pré-Escolar, 49 anos**

*“Os Funcionários são insuficientes para as necessidades verificadas. Cada vez mais existe dificuldade em realizar actividades fora da escola (ex: vistas de estudo), pelo facto de os professores para além de muitas vezes ultrapassarem o tempo normal diário de trabalho,*

*ainda tem de repor aulas, que deveriam ter leccionado, pelo facto de estarem a acompanhar os alunos nas saídas da escola.”*

**Professor, Ensino Secundário, 49 anos**

*“Aparte as questões referentes às instalações, a falta de auxiliares de acção educativa (com períodos frequentes e prolongados de ausência sem substituição) será dos mais graves problemas com que nos deparamos.”*

**Educadora, Educação Pré-Escolar, 56 anos**

*“Ao aumentarem a carga de trabalho na escola aos professores, deveriam providenciar funcionários com o curso de secretária, para auxiliar o professor no trabalho que tem que elaborar, como actas, testes, relatórios, exames, matrizes critérios de correcção, planeamento da aulas, pesquisa que permite a leccionação de cursos que requerem uma abordagem diferente do ensino regular, etc. Melhor, podem fazer com que os professores cumpram na escola um horário de 35 ou 40 horas semanais, mas só trabalhamos enquanto estivermos na escola. Não sendo permitido levar trabalho para casa.”*

**Professora, Ensino Secundário, 54 anos**

*“Entre muitas outras situações que já me tiraram do sério este ano lectivo, hoje tive que andar a pintar paredes das salas de aula porque é necessário 'lavar a cara' dos espaços de aula para umas actividades que irão decorrer ao longo das próximas semanas. Já para não falar que quem faz a limpeza dos espaços de aula (e áreas adjacentes) são os professores, porque não temos auxiliares de acção educativa afectos aos mesmos. Não é que me custe desempenhar tais tarefas, mas parece-me que todo o tempo 'perdido' nas mesmas seria mais bem utilizado naquilo que um professor tem que fazer melhor, ou seja, preparar e dar aulas.”*

**Professor, Ensino Profissional, 36 anos**

*“Temos acesso limitado aos serviços de reprografia (3 horas/dia aberta ao público em geral). Só depois da Páscoa temos acesso a uma impressora na sala de professores e mesmo assim dentro de uma espécie de gaiola com cadeado para impedir o acesso às gavetas do papel; o acesso a agraphadores, furadores, etc. é extremamente limitado, tendo que ser trazidos de casa ou requisitados na secretaria, onde já chegaram a perguntar quantos agraphos necessitava... etc. etc. etc.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 28 anos**

*“A existência de uma única fotocopiadora/impressora (!) e a frequente falta de papel (!!!), ao serviço dos docentes, tem inviabilizado um melhor trabalho por parte dos professores.”*

**Professor, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 39 anos**

*“As aulas de 135 minutos, que deviam decorrer no laboratório, decorrem sempre, de acordo com o horário, numa sala de aulas normal, que não dispõe sequer de um televisor, retroprojector, computador ou qualquer outro recurso. Para efectuar actividades laboratoriais (obrigatórias no programa), é necessário pedir a um colega para fazer uma troca de sala, o que só excepcionalmente é possível. Esta situação ocorre em todas as 4 turmas que têm Biologia do 12º ano desta escola.”*

**Professor, Ensino Secundário, 42 anos**

*“Posso referir um rol de situações de intervenção urgente: Plano nacional de leitura?? Com que livros??? Dos 6 necessários para analisar no presente ano lectivo o ME entregou 1; Recreios sem condições; Tecnologia??? Onde??? Tenho simplesmente 1 computador na sala, com mais de 10 anos, sem impressora nem internet... A realidade das nossas escolas está bem longe das informações publicitárias e propagandistas que o governo tem referido...”*

**Professor, Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 31 anos**



*“Dois computadores para 100 professores na sala dos professores. Todos trabalham em casa, gastam os seus tinteiros. Na passada 2ª feira eu e os meus alunos de 5º ano tivemos que transportar os portáteis até à sala de aula. Não há funcionários para esse serviço.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 40 anos**

*“À falta de espaços, acresce a falta de material, nomeadamente computadores e impressoras. Na minha escola, na sala de computadores para professores há 6 pc's para um universo de cerca de 200 professores. Os restantes computadores existentes estão nas salas TIC ou na biblioteca, sendo prioritariamente utilizados pelos alunos.”*

**Professor, Ensino Secundário, 31 anos**

*“A escola está dotada de uma única impressora (a preto e branco, porque as impressões a cores têm de ser autorizadas pelo executivo, porque efectivamente não há verba suficiente para mais) e 8 computadores para serem utilizados pelos mais de 100 docentes. No entanto e comparativamente a outras escolas, a minha escola actual está bem equipada!”*

**Professora, Ensino Secundário, 49 anos**

Perante as limitações ao nível dos meios e espaços disponíveis para preparar as actividades lectivas, muitos docentes referem a necessidade de assumir, do seu próprio bolso, encargos significativos com materiais pedagógicos diversos (fotocópias, material de secretaria, tinteiros, etc.), com custos inerentes ao trabalho em casa (uso do computador, da impressora, etc.), bem como em despesas com acções de formação e com as próprias deslocações. Globalmente, esta situação é incomparável face à generalidade dos sectores de actividade económica, que em regra dispõe de meios, recursos e formação para o exercício da sua profissão.

*“Há muita dificuldade em imprimir qualquer documento ou material para as aulas na Escola. A despesa média com a profissão/escola (papel, tinteiros, outro material, telefonemas para os Encarregados de Educação) é de aproximadamente 30 euros/mês. A contabilizar também as horas correspondentes à frequência de acções de formação.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 49 anos**

*“Sai constantemente do nosso bolso o investimento em material logístico para desenvolver o nosso trabalho, efectuado maioritariamente em casa por falta de condições na própria escola. Sugiro que fosse possível um benefício fiscal com despesas de educação (as nossas) em todo o material necessário para a escola (livros, material escolar, material informático, tinteiros...), pelo menos até às escolas estarem equipadas a nível logístico.”*

**Professora, Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 44 anos**

*“Faço 200km por dia em 3 horas de viagem diária. 400 euros em combustível... 5000 euros anuais em diesel.”*

**Professor, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 34 anos**

*“Alargar a possibilidade de o professor, no ponto referente à educação, em IRS, descontar os gastos que faz para se manter actualizado, profissional e competente... Sabiam que não podemos descontar em impostos nenhum material usado por nós próprios para trabalhar obrigatoriamente? Por exemplo, livros, canetas, fotocópias, formação continua, deslocações, combustível, alimentação e tudo o resto necessário para um professor dar aulas?... É um caso que dá que pensar... Eu só para ir trabalhar tenho um gasto mensal de 350€, mas há colegas que têm que pagar uma segunda renda, pois não podem ir e vir no mesmo dia, dada a*

*distância a que fica a sua residência permanente da escola em que foram colocados. E isso não é dedutível em IRS...”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 48 anos**

*“Esta é a única profissão que conheço em que o profissional tem que adquirir as suas ferramentas de trabalho (livros, canetas, computador, etc.) e as mesmas nem sequer são dedutíveis em IRS. Além disso, os docentes têm que comprar os próprios materiais didácticos, sem os quais muitas vezes não conseguem desenvolver o normal processo de ensino.”*

**Professor, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 35 anos**

## **5.6- Falta de condições, na escola, para a realização de trabalho individual**

O princípio da “escola a tempo inteiro” pressupõe que os docentes realizem o seu trabalho individual de preparação de aulas, materiais e de correcção de testes nos tempos não lectivos ou nos tempos que não correspondam ao desenvolvimento de actividades extra-lectivas (reuniões de grupo e de escola, trabalho de projecto, etc.). As condições para a realização de trabalho individual são, todavia, profundamente precárias para a quase totalidade dos docentes.

*“Trabalho por vezes na sala de aula, depois de os alunos saírem. Infelizmente, devido às AECs e barulho dos alunos, tenho de abandonar a sala, sala essa que não tem computador para trabalhar, nem espaço adequado. A minha escola é muito antiga, típica do Norte do país e mesmo assim a melhor escola primária do meu agrupamento. Não temos espaço algum de jeito para trabalhar e o ruído dos alunos é suficiente para levar alguém à loucura, mas não os podemos impedir de brincar nem temos salas.”*

**Professor, Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 29 anos**

*“Fico diariamente 1h na sala de aula, durante a hora do almoço (que é das 12h às 13.30) pois é a única altura do dia em que posso trabalhar, na escola, com possibilidade de concentração. Da parte da tarde é insuportável pois as crianças têm Actividades de Enriquecimento Curricular, a sala está ocupada, o stress é geral. Todos estão fartos, desejosos de brincar e o barulho é a norma. A sala de Professores é o local do telefone, da fotocopiadora, do computador geral da escola, do local de refeições dos Auxiliares de Acção Educativa... É de fugir quem queira fazer um trabalho com concentração.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 41 anos**

*“Para além das aulas de matemática, dou apoio de matemática, estudo acompanhado, apoio à sala de informática (6 tempos) e aulas de substituição (4 tempos). Quando tenho de trabalhar em grupo na preparação de actividades do departamento faço-o, sempre que possível, num café. Não temos gabinetes de trabalho e, para mim, é difícil trabalhar na sala de professores onde o espaço é limitado e as interrupções são constantes.”*

**Professor, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 38 anos**

*“A escola não tem espaços destinados ao trabalho individual, sendo a sala de professores o local onde todos os professores tentam trabalhar. Muitas vezes trabalha-se com os funcionários a proceder às limpezas. São ainda os professores que arrumam as salas antes das reuniões de Departamento e avaliação.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 57 anos**

*“Seria interessante que os ‘iluminados’ que tanto comparam o nosso sistema de ensino com o dos países nórdicos, recorrentemente referindo que nesses países os professores trabalham mais horas nas escolas, lá se deslocassem para ver os óptimos gabinetes de que dispõem.*

*Eu gostaria de dispor de um espaço na escola onde pudesse trabalhar e ter os materiais de preparação das aulas, sem ter de fazer da minha casa um prolongamento das instalações da escola.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 47 anos**

*“A escola não tem espaço suficiente para todos os professores trabalharem e gabinetes não existem, embora seja uma escola que foi inaugurada este ano! Estranho os professores serem obrigados a cumprir carga não lectiva na escola e depois uma escola tão recente não contemplar espaços para os professores trabalharem! O Gabinete de planeamento destes espaços não fala com ninguém quando desenvolve um projecto?”*

**Professora, Ensino Secundário, 42 anos**

*“A falta de meios e espaços de trabalho condiciona fortemente a exequibilidade da realização de tudo o que há a fazer na escola (seria interessante experimentar a permanência das 35 horas de horário semanal na escola, sem trazer qualquer trabalho para terminar em casa, sem imprimir materiais a custas próprias, sem utilizar os livros que compramos, etc. etc.)”*

**Professora, Ensino Secundário, 40 anos**

*“Os professores nem se importavam de cumprir 35h na escola, se houvesse condições para tal. Nunca trariam trabalho para casa. Seriam como outro funcionário da administração pública e a casa deixaria de estar pejada de material escolar. Não gastariam dinheiro a imprimir toda a documentação necessária para a preparação de aulas e outras actividades.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 52 anos**

Assim, face à manifesta dificuldade em realizar, nas condições adequadas, o trabalho individual de cada docente na escola, muitos testemunhos sublinham a inconsistência subjacente à implementação da “escola a tempo inteiro”, sem que tenha havido uma prévia qualificação das condições para a realização de trabalho individual nos estabelecimentos de ensino.

*“A obrigatoriedade de cumprimento da componente não lectiva não resulta em escolas sem recursos e equipamentos, sem espaços próprios para desenvolver um trabalho científico e pedagógico eficaz e rigoroso. Na minha Escola só tenho a Biblioteca/Centro de Recursos, com 4 computadores para toda a comunidade educativa! É frequentada por todos, por ser o único espaço de trabalho disponível...”*

**Professora, Ensino Secundário, 42 anos**

*“Que venham as 35 horas na escola mas não assim, sem condições. Que se criem salas de trabalho para poder desenvolver o trabalho que realizo em casa. Assim poderei deixar a pasta na escola e aproveitar o tempo para estar com a família e amigos.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 51 anos**

*“Uma das minhas batalhas pessoais é, desde há muito, exigir que as 35 horas sejam cumpridas no meu local de trabalho! Rapidamente o sistema educativo ficava totalmente a nu! Assim poderíamos ver a falta de condições, a falta de materiais, enfim a falta de tudo!!! E atenção, falo de muitas escolas por onde passei, do Norte ao Sul deste país.”*

**Professora, Ensino Secundário, 40 anos**

*“Antigamente, vínhamos para casa e era aí que desenvolvíamos o nosso trabalho de preparação das aulas seguintes. Muitas das nossas escolas não estão preparadas para lá desenvolvermos o nosso trabalho de preparação de aulas. Com a agravante de, hoje em dia, o tempo que “gastávamos” em casa, termos agora de o passar nas escolas e não estarmos a*

*preparar aulas ou corrigir trabalhos... Depois ainda temos que ir para casa fazer aquilo que deveríamos ter feito na escola e não fizemos. Ou seja estamos a trabalhar um maior número de horas mas nem por isso elas estão a ser melhor aproveitadas. E depois em casa quem a paga a factura é a família e o bem-estar familiar... Não há tempo para tudo..."*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 43 anos**

*"As escolas não estão preparadas para a componente não lectiva de estabelecimento e para o trabalho individual. É como comprar um sapato fabuloso mas que não tem o nosso número e a vendedora diz para colocar Nívea que o sapato alarga. Porém esta regra nem sempre se confirma e o sapato acaba por ter que ficar arrumado ou, no nosso caso, obrigam-nos a andar com os pés todos doridos."*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 50 anos**

*"Penso que antes de ter pensado na escola a tempo inteiro, para os alunos, deveria ter-se pensado nas condições de trabalho que são oferecidas aos docentes. Considero que estes são sempre o elo mais fraco do sistema, estão sempre "na berlinda", sendo inteiramente responsabilizados mesmo nos casos de falta de empenho e de estudo dos alunos."*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 36 anos**

*"Atendendo ao tempo que agora passamos obrigatoriamente na escola, só consegue ser bom profissional quem prescindir de fins-de-semana, de descansar, de se actualizar (lendo, vendo, viajando...) e de dormir as horas necessárias para retemperar forças."*

**Professora, Ensino Secundário, 53 anos**

*"O tempo que se passa na escola sem dar aulas é um tempo completamente perdido pois não há condições nem equipamento adequado. Todo o trabalho tem que ser feito em casa."*

**Professor, Educação Pré-escolar, 35 anos**

## **5.7- A inevitável necessidade de realizar trabalho da escola, em casa**

As limitações decorrentes da inexistência de espaços e de condições adequadas para a realização de trabalho individual nos próprios estabelecimentos de ensino agravaram-se significativamente com a "escola a tempo inteiro", que reduziu a autonomia dos docentes na gestão da organização do seu tempo. A realização de um elevado número de horas de trabalho em casa tornou-se, para a maioria, uma inevitabilidade, reduzindo os tempos e espaços pessoais, familiares e sociais.

*"Os professores do 3º ciclo e secundário, na minha escola, têm o seu horário todo preenchido com actividades lectivas e não lectivas (actividades de enriquecimento curricular, aulas de substituição, clubes, apoio à sala de multimédia, biblioteca escolar, etc.). Portanto, o trabalho individual é todo desenvolvido em casa. Acresce que por termos horários tão preenchidos as oportunidades para reunir por disciplina/ departamento/ são escassas e dependem sempre da disponibilidade para trabalhar em horário pós-lectivo, roubado ao tempo individual."*

**Professora, Ensino Secundário, 49 anos**

*"O que posso afirmar é que desde o princípio do ano lectivo apenas consegui ficar um único fim-de-semana sem trabalhar. A minha vida familiar é feita à custa de um esforço de gestão de tempo incrível para poder acompanhar os filhos. A minha vida pessoal não existe. A minha saúde está afectada (esgotamento desde o princípio do ano lectivo)."*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 28 anos**

*“Nunca fiz um cálculo das horas semanais de trabalho individual desenvolvido em casa, pelo que não consigo apresentar um número exacto. Ultrapassam, no entanto, largamente, as horas previstas no meu horário (10 horas semanais).”*

**Professora, Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 47 anos**

*“O tempo de trabalho em casa é difícil de contabilizar. Normalmente são 2h por dia durante a semana e aos fins-de-semana é sempre, pelo menos uma tarde e noite de trabalho, quando não é o fim-de-semana inteiro.”*

**Professora, Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 34 anos**

*“A falta de condições para trabalho individual na escola, associado ao excesso de trabalho não lectivo obriga a uma longa permanência diária na escola; consequentemente, o trabalho individual tem que ser feito em casa, após o horário de trabalho, sacrificando quer o ambiente familiar quer o descanso necessário (pois tenho que trabalhar habitualmente durante a noite).”*

**Professora, Ensino Secundário, 49 anos**

*“No total, na escola e em casa, trabalho cerca de 45 horas por semana. É tudo.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 54 anos**

*“Gostaria de ter um horário apenas de 35 horas, na escola, como todos os outros funcionários públicos e não trabalhar semanalmente 50 a 55 horas, de forma a poder apoiar os meus filhos, que neste momento se sentem «órfãos».”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 33 anos**

*“Se as escolas tivessem gabinetes equipados para os professores trabalharem, durante as horas em que não estão a leccionar, deixava de se pensar que os professores não trabalham, pois poder-se-ia verificar in loco as horas para fazer todo o trabalho necessário à preparação de aulas. Por outro lado, eu sentiria um enorme alívio por saber que no fim dessas 8 horas de trabalho ia para casa descansada, ter uma vida igual à das outras pessoas, que podem sair à noite e contar com os fins-de-semana...”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 42 anos**

*“Durante o 2º período dei-me ao trabalho de registar e documentar as horas de trabalho individual em casa (na escola não tenho condições para trabalhar). Ex: 1 a 7 de Março fiz 38h em casa; 23 a 29 Fevereiro 27h... Incluindo o trabalho na escola e tendo em conta 5 dias por semana trabalhei uma média diária: 9 a 15 FEV - 10h; 16 a 22 FEV - 11h; 23 a 29 FEV - 12h; 1 a 7 de Março - 13h. Não só fiz esta estimativa, como registei tudo o que fiz e o tempo que, efectivamente demorei. Senti necessidade de proceder a esta estimativa porque sentia que não tinha tempo para fazer tudo... E o mais importante, preparar aulas, ia ficando para trás.”*

**Professora, Ensino Secundário, 49 anos**

*“Dedico tempo demais à preparação das aulas, e isto feito em casa depois de jantar à pressa. É normal deitar-me às 2h da manhã e levantar-me às 7.00h. Neste último ano e meio perdi muito do encanto pela escola.”*

**Professor, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 51 anos**

A crescente diversificação das tarefas atribuídas, sem o ajustamento das condições necessárias ao exercício da docência, tem implicado uma dificuldade cada vez maior de organização do quotidiano dos professores. A incapacidade em conceder prioridade às dimensões que mais relevantes da sua profissão (leccionar, preparar aulas, avaliar e dispor de condições para o acompanhamento dos

alunos), transformou a gestão do tempo pelos docentes num exercício cada vez mais difícil e, muitas vezes, frustrante.

*“As horas atribuídas para trabalho individual são manifestamente insuficientes para preparar aulas, elaborar recursos pedagógicos, corrigir trabalhos e testes, elaborar fichas formativas e sumativas, ler documentos internos e legislação, fazer matrizes e provas de exame, aferir critérios de classificação, fazer leituras e pesquisas científicas, bem como outras tarefas relacionadas com a prática docente.”*

**Professor, Ensino Secundário, 48 anos**

*“É urgente a clara definição de horas de trabalho individual e a valorização desta componente. Não é possível realizar trabalho docente com qualidade sem tempo para reflectir, investigar, estudar, diagnosticar, gizar estratégias, avaliar, corrigir trabalhos, reflectir sobre eles. Tempo para trabalho individual e para trabalho em grupo que não seja consumido em tarefas burocráticas.”*

**Professora, Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 25 anos**

*“É absolutamente necessário definir um horário de trabalho para os professores. As reuniões prolongam-se até muito tarde. A família já não compreende estas ausências. O professor, tal como qualquer outro trabalhador, tem que poder programar a sua vida extra escola, sabendo desde o início qual o seu horário de trabalho, a disponibilidade exigida pela escola neste momento é total.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 49 anos**

*“Mais de 28 tempos (45') de trabalho efectivo por semana na escola, sendo 14 lectivos (Matemática e Ensino Artístico), 2 de Gabinete de Atendimento (casos de indisciplina), 3 de Oficina da Matemática (espaço de frequência facultativa pelos alunos, o que raramente acontece, dado que se o professor falta é substituído), 2 coordenação do EA e 1 de preparação do EA, 4 de Apoios a alunos (Matemática: 7 turmas x cerca de 20 alunos), 2 de reuniões (insuficientes face à diversidade das mesmas). Em média são 6h de ocupação diária na escola, acrescidas de 2, 3 ou mais de trabalho em casa... E a formação... E o cansaço... E a falta de tempo... A necessidade de informação... A disponibilidade mental... ASSIM NÃO!”*

**Professor, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 37 anos**

*“Não está previsto, na nossa escola, que o Trabalho Individual seja desenvolvido na mesma. Apesar disso, algum sempre é desenvolvido no pouco tempo que resta entre actividades lectivas e não lectivas. A escola atribuiu 9 horas para trabalho individual. Qualquer docente gasta muito mais horas. Raramente temos fim-de-semana, para não dizer nunca.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 46 anos**

## **5.8- O desencanto dos professores**

No início do ano lectivo (2008/09), a sociedade portuguesa foi surpreendida por um aumento sem precedentes do número de docentes a solicitar a entrada na reforma. Segundo dados recentemente divulgados, cerca de quinhentos educadores e professores terão pedido a aposentação no mês de Setembro, duplicando assim o número de pedidos registado no mesmo mês, em 2007. No período de Outubro a Novembro, o total de docentes a entrar na reforma revelaria contudo níveis de abandono bem mais significativos, quatro vezes superiores ao período homólogo anterior: aproximadamente

4500 professores deixam de exercer a sua profissão, solicitando a antecipação da reforma mesmo em casos que implicam penalizações de ordem financeira<sup>9</sup>.

A informação qualitativa que acompanhou, espontaneamente, muitas das respostas do inquérito realizado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, em Maio de 2008, permitia contudo antever algumas das possíveis consequências dos elevados níveis de insatisfação, cansaço, desilusão e desânimo, sentidos pela classe docente. Para além de um expressivo sentimento de desconsideração por parte da tutela, bem como do impacto de muitas das medidas levadas a cabo pelo Ministério da Educação, que os docentes consideram evidenciar um profundo desconhecimento da realidade do quotidiano das escolas, fundadas numa suspeição preconceituosa sobre educadores e professores, os testemunhos recebidos revelam que a dificuldade em exercer, de forma digna, a profissão docente, será uma das razões que levaram muitos a abandonar precocemente o sistema.

*“Por tudo o que referi devem imaginar a carga de cansaço que estou a sentir... A esta hora da noite (21.40h) ainda tenho que corrigir uma turma de testes, uma vez que deveria ter chegado a casa por volta das 16.00h e só cheguei às 19.55h. Ontem cheguei a casa às 00.20h (houve uma sessão na escola promovida pela Associação de Pais) e amanhã tenho que estar na escola às 8.25h...”*

**Professora, Educação Pré-escolar, 41 anos**

*“O trabalho do professor (com responsabilidade profissional) é enorme e poucos conhecem essa realidade. Vivemos para o trabalho, prejudicamos a família e a nossa vida e o resultado é um professor cansado, desmotivado e sem grandes motivos para sorrir. Nas aulas falta-nos a resistência (não somos de ferro) e nem sempre somos tão pacientes como o éramos antes desta ministra e quem acaba por pagar são as crianças. Passamos a vida com burocracias, reuniões, mais reuniões e, por fim, mais reuniões. Por este caminho não iremos a lado nenhum...”*

**Professor, Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 48 anos**

*“Sempre trabalhei com muito empenho e dedicação. Porém, face à atitude vexatória da tutela, reconheço estar a perder o entusiasmo. Raramente faltei. Aliás só o faço quando tenho de dar assistência à família. O meu registo biográfico é exemplo disso. Discordo do modo como a avaliação está gizada. Passando ao geral, corroboro o facto de os docentes estarem todos muito cansados. Reina a intimidação e o desgaste absoluto. O clima nas escolas, em geral, é de grande tensão. Tenho medo de opinar, numa democracia! Surreal! Sei que não posso correr riscos, pois eu e a minha filha dependemos do meu salário para viver. Se eu pudesse escolher, neste momento, mudaria de profissão.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 57 anos**

*“O ministério olha para os resultados mas não vê as condições das escolas. Refiro condições físicas e psicológicas. Não basta recheiar as escolas de computadores, as condições humanas são essenciais. Escolas mais pequenas e não agrupamentos. Tempo para que os professores possam continuar a estudar e não obrigá-los a permanecer no edifício fazendo tarefas inúteis, etc. Muito mais haveria para dizer mas estou cansada e ainda tenho umas dezenas de histórias de vida para ler e quatro turmas de testes para ver.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 51 anos**

---

<sup>9</sup> Vejam-se, a título de exemplo, as notícias publicadas no Jornal de Notícias (13 de Outubro de 2008) e no Público (a 9 de Outubro de 2008).

*“Hoje todos os professores com um certo tempo de carreira fazem contas à idade e ao tempo de serviço, pensando na reforma antecipada. Nunca fui adepta da reforma e nem queria pensar em tal coisa. Mas hoje tenho pena de não ter mais anos de idade. Esta escola burocratizada não é a escola humanizada em que sempre gostei/gostaria de trabalhar. Sei que o meu desânimo é geral e o meu cansaço também. Sei que os consultórios dos médicos e “psiquiatras” se enchem cada vez mais de professores, pela situação em que as escolas vivem.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 28 anos**

*“Antes da brilhante inovação da componente não lectiva na escola, eu conseguia preparar as aulas, fazer material para cada aluno/grupo de alunos, ver os trabalhos e os testes, estudar, ler e passar na escola o tempo que fosse necessário para trabalhar com os outros colegas. Agora que essas tarefas estão metidas no nosso horário em blocos de 45 minutos, escusado é dizer que não se faz nada disso. Quem o fazia, deixou de o fazer. Quem nunca o fez, continua a não fazer. Acabamos todos exaustos e furiosos. Os alunos não têm tempo para brincar e quem atura o seu excesso de energia nas aulas somos nós. A 9 de Maio (61 anos 1/2) peço a reforma. Não aguento mais.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 61 anos**

*“Tenho pouco tempo para a minha actualização técnica, científica e pedagógica, para corrigir testes de avaliação e trabalhos individuais de alunos; preparar as aulas e frequentar formação específica. Como zelo por um bom profissionalismo docente, sacrifico os meus tempos em família e de descanso (fins-de-semana, tempo pós-laboral). Trabalho 54 horas semanais e às vezes mais, não me sendo pagas horas extraordinárias. Por isso ando a tirar um curso de esteticista para mudar de vida.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 39 anos**

*“Sente-se cada vez mais que a sobrecarga de trabalho, quer burocrático, quer o exigido pela imposição da componente não lectiva, é excessiva. O tempo de permanência na escola é demasiado: horas frequentemente desperdiçadas em actividades que não precisariam de ser assumidas por professores, ou em reuniões intermináveis, com prejuízo de tempo que deveria ser empregue a preparar aulas, corrigir trabalhos, ler, estudar, dar atenção à família e mesmo ao “ócio” necessário para que se consiga ser criativo. É uma pena que não se compreenda que ser professor não é só cumprir um horário de permanência num local de trabalho.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 45 anos**

*“Mais do que a minha carga horária, que é excessiva, preocupa-me o facto de os alunos chegarem ao sétimo ano sem saber ler ou escrever; preocupa-me o facto de o sistema de exames promover uma falsa ideia de sucesso; preocupa-me o facto de se desproteger ainda mais os alunos com necessidades educativas especiais, lançando-os em escolas que não estão preparadas para os acolher e ajudar; preocupa-me o facto de se estarem a preparar reformas que visam a eliminação dos “chumbos” (os portugueses não são finlandeses e as nossas escolas não estão organizadas de modo a desenvolver o ensino diferenciado). Em suma, preocupa-me o estado geral do ensino, pelo qual somos todos responsáveis: professores, alunos, pais, ministério, políticos e sociedade em geral. Eu quero ser avaliada, eu quero melhorar, eu quero que os meus alunos aprendam. Eu quero um país melhor.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 38 anos**

*“Trabalho ao Sábado, ao domingo... etc... Sou professora de Matemática e trago trabalhos para corrigir em casa... Faço fichas de reforço... Diferenciadas. Mas para o ano é impossível porque tenho uma filha, um marido, mãe, irmãos, amigos e neste momento só vivo para a escola!! Tenho pena porque ADORO os meus alunos, mas não aguento mais!!!! Ainda por cima nas reuniões as preocupações são burocráticas (actas... relatórios... vírgulas...etc..)”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 41 anos**



*“É preciso dizer que muitas inovações pecam pela metodologia utilizada (apressada, sem reflexão e/ou processos de maturação das ideias entre muitos dos profissionais que, assim se colocaram em oposição aberta a tudo o que for mudança). Gostaria de chamar à atenção que não se pode esperar resultados efectivos (pelo menos na senda do discurso político e objectivos traçados) sem a colaboração dos principais agentes dessa mesma mudança - os professores. Perder-se-á a oportunidade que este enorme desafio abriu!”*

**Professor, Ensino Secundário, 43 anos**

*“A Educação não vai por bom caminho, quando apenas se tem em vista mostrar ao país que se colocou na "ordem" aquela classe de "calaceiros" que só tem férias e privilégios. Não é acabando com os professores que toda a sua vida se dedicaram de corpo e alma à causa que a Educação vai melhorar. Pelo contrário, os poucos que nada faziam continuam a ter o mesmo comportamento, os outros estão desalentados, cansados, porque continuam a investir nos alunos. A Educação ainda tem alguma qualidade porque há professores que desesperadamente lutam para a manter digna. Por favor, não nos insultem mais!”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 46 anos**

*“É neste ponto que levanto as minhas interrogações, nunca preparei aulas com tanta dificuldade e nunca dei aulas tão mal preparadas como nos 3 últimos anos.”*

**Professora, Segundo Ciclo do Ensino Básico, 37 anos**

*“Trabalho normalmente 10 a 11 horas por dia! Isto, se dividir as horas que trabalho ao fim-de-semana pela semana. Sempre trabalhei assim!!! Não é de agora. Por isso é que me sinto tão desrespeitada!! Não admito que digam que trabalho pouco e que metam todos os professores no mesmo saco! É um insulto!!! Só não desisto pelos alunos!”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 50 anos**

*“A sobrecarga é sobretudo burocrática, com decisões de ultima hora vindas do ME, que as quer implementar no imediato, sem que sequer as direcções regionais percebam como, instalando-se a confusão. Não temos tempo para preparar aulas e querem-nos cada vez mais tempo nas escolas para tudo menos ensinar, como a própria avaliação, que nos vai retirar muito tempo (...). As reuniões são cada vez mais complicadas, longas... Por motivos muitas vezes desnecessários... De igual modo aproveito para mencionar que muitos, e geralmente dos melhores que temos na classe docente, estão a abandonar o ensino não importa a idade, não só pelas condições de trabalho, mas pelo desrespeito pela classe a todos os níveis e sobretudo pela consciência de não estarmos a trabalhar para o sucesso educativo...”*

**Professora, Ensino Secundário, 46 anos**

*“É desumano, irreal e degradante o que está a acontecer com os professores. Não temos tempo para respirar, para ler, para nos inteirarmos sobre o que se passa no mundo e nem se fala em descansar. Eu e muitos professores meus colegas conseguimos sobreviver à custa de anti-depressivos e calmantes. Destruíram a nossa vida. Tornámo-nos péssimos professores, pois temos tanto que fazer e passamos tanto tempo na escola que não conseguimos preparar aulas dignamente. Sentimo-nos fracos, fragilizados e sós.”*

**Professora, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, 49 anos**



## Principais conclusões do estudo

Os dados apresentados no presente relatório correspondem a apuramento, análise e sistematização dos principais resultados do inquérito dirigido a educadores e professores, durante o mês de Maio de 2008, sobre as condições de exercício da actividade docente.

As questões colocadas visaram fundamentalmente aprofundar o conhecimento sobre o quotidiano dos docentes portugueses, tanto na perspectiva das actividades de docência (que se traduzem num determinado número de turmas e alunos atribuídos, segundo distintos níveis de ensino, anos de escolaridade e áreas disciplinares); como na perspectiva das actividades de natureza não lectiva desenvolvidas na escola, bem como as que se relacionam com o trabalho individual subjacente à preparação de aulas.

Porque igualmente relevante para os objectivos do estudo, foi do mesmo modo recolhida informação quantitativa e qualitativa sobre as condições de trabalho de que os docentes dispõem nos seus estabelecimentos de ensino, tornando-se clara a sua manifesta insuficiência e desadequação - que agrava as dificuldades decorrentes da atribuição de um elevado número de turmas e alunos a uma significativa percentagem de docentes, bem como a dispersão em muitos casos excessiva em termos de níveis de ensino, anos de escolaridade, áreas disciplinares e disciplinas leccionadas.

Neste contexto, importa sublinhar que a obrigatoriedade de maior permanência dos professores nas escolas não se traduziu numa melhoria das condições para o desenvolvimento das suas actividades. Face à desadequação física ou funcional dos espaços, os docentes continuaram a necessitar de trabalhar em casa, tendo nas actuais circunstâncias que prescindir de uma parte ainda mais relevante do seu tempo pessoal, social e familiar.

As principais conclusões que a análise dos dados permite obter podem ser sistematizadas nos seguintes pontos:

1. Os educadores e professores investem muito significativamente na sua **formação e qualificação académica**. Dos 98% de docentes que iniciaram a sua carreira com o grau de bacharelato e licenciatura, cerca de **20%** elevaram os seus graus académicos, possuindo actualmente níveis relativos a pós-graduação, mestrado e doutoramento.
2. Apesar do aumento do tempo de permanência na mesma escola, é ainda bastante significativo o número de docentes deslocados. De facto, cerca de **53%** dos educadores e professores **desenvolve a sua actividade fora do concelho onde reside**. Ou seja, representa menos de metade a percentagem de docentes que concilia, geograficamente, o concelho de residência e

o concelho onde que se localiza o estabelecimento de ensino em que lecciona. Dos docentes deslocados, cerca de **28%** vê-se obrigado a percorrer **distâncias entre a residência e a escola superiores a 100Km**, o que significa - em muitos casos - a necessidade de transferir o lugar de residência para o concelho de trabalho.

3. O Contrato Administrativo, nas suas diversas modalidades (incluindo o recurso a recibo verde, com significativa expressão na Iniciativa Novas Oportunidades), tem sido a forma dominante de contratação de docentes pelo Ministério da Educação. Com efeito, no universo da amostra de educadores e professores, cerca de **10% são contratados**, abrangendo esta modalidade de relação laboral **cerca de 60% dos docentes com 4 e menos anos de serviço**.
4. O questionário foi essencialmente respondido por educadores e professores do ensino público. Globalmente, cerca de **96% dos docentes lecciona em apenas um estabelecimento de ensino**, situando-se em **60% a percentagem dos que leccionam somente a um nível de ensino** (considerando, no contexto do inquérito, os seguintes níveis: Educação Pré-escolar; Primeiro, Segundo e 3º Ciclo do Ensino Básico, Ensino Secundário; Oferta Formativa Profissionalizante<sup>10</sup> e Ensino Especial). Cerca de **1 em cada 10 docentes lecciona a três ou mais níveis de ensino**.
5. Regista-se uma relativa dispersão dos docentes em relação aos anos de escolaridade a que leccionam. Do universo de educadores e professores que responderam ao questionário, cerca de **26%** (ou seja, um em cada quatro docentes), lecciona a **três ou mais anos de escolaridade** distintos. De acordo com os resultados do inquérito, a dispersão relativamente ao número de áreas disciplinares leccionadas, permite estabelecer que cerca de **20%** dos docentes (1 em cada 5) lecciona a **três ou mais disciplinas e/ou áreas disciplinares distintas**.
6. Relativamente ao número de turmas e de alunos globalmente atribuídos a cada educador ou professor, verifica-se que praticamente metade (**47%**) lecciona a **cinco ou mais turmas**, situando-se em 10% o número de docentes com nove e mais turmas a seu cargo. Quanto ao número de alunos, a cerca de **6 em cada 10 professores** estão atribuídos **75 e mais alunos**, situando-se em 20% o número de docentes com 150 e mais alunos.
7. As **actividades de natureza não lectiva** desenvolvidas pelos docentes nas escolas consomem em média praticamente **1/3 do tempo** que dedicam à sua profissão, isto é, tanto tempo quanto o tempo dedicado a **trabalho individual de preparação de aulas**, a maior parte do qual se realiza em casa.
8. Os docentes dispendem, em média, **46 horas semanais no exercício da sua profissão** (incluindo aulas, reuniões, actividades de direcção de turma, preparação de aulas na escola e em casa,

---

<sup>10</sup> Agregam-se, nesta categoria, o Ensino Profissional, os Cursos de Educação Formação, a oferta dos Centros Novas de Oportunidades (nomeadamente os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) e outras acções de vocação profissionalizante.

correção de provas, etc.). Cerca de **20% do tempo** dispendido no total de actividades de docência corresponde a **trabalho realizado em casa**.

9. A esmagadora maioria dos estabelecimentos de ensino não possui gabinetes individuais ou partilhados. A **Sala de Professores e a Biblioteca** constituem por isso os espaços mais utilizados pelos docentes, tendo em vista a realização de trabalho individual. As condições de trabalho são contudo avaliadas negativamente, razão que leva a que apenas cerca de **44% dos docentes utilize com frequência** espaços da escola para realizar trabalho individual.
10. A avaliação das **condições de trabalho ao nível das infra-estruturas existentes é muito negativa**, não só em relação a espaços menos desadequados (como a Sala de Professores e a Biblioteca), mas sim quanto à generalidade dos espaços para realizar trabalho individual na escola. Cerca de **6 em cada 10 docentes** considera que **os espaços disponíveis** têm condições **mediócras, muito insuficientes ou insuficientes**. Apenas 24% dos professores considera as condições existentes satisfatórias.

Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o conhecimento sistemático, aprofundado e exaustivo das condições de exercício da actividade docente deverá converter-se numa preocupação efectiva e permanente do Ministério da Educação, que poderá desse modo demonstrar que não despreza as circunstâncias em que os professores exercem a sua profissão e reconhecer, de facto, a sua importância central e decisiva na melhoria efectiva das aprendizagens, do sucesso educativo e na assunção plena do papel da escola na promoção da igualdade de oportunidades.

